



SENADO FEDERAL
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

WALESCA BORGES DA CUNHA E CRUZ

**PROJETO JOVEM SENADOR: A EFICÁCIA DO PROJETO NA CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política, realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro como requisito para a obtenção de título acadêmico de Especialista em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Doutora Suely M. V. Guimarães de Araújo

Brasília, 2015

PROJETO JOVEM SENADOR: A EFICÁCIA DO PROJETO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Trabalho de Conclusão do curso de especialização em Ciência Política realizado pela
Universidade do Legislativo, no segundo semestre de 2015.

WALESCA BORGES DA CUNHA E CRUZ

Banca Examinadora:

Professora Doutora Suely M. V. Guimarães de Araújo
Orientadora

Professor Doutor Ricardo de João Braga
Avaliador

Brasília, 30 de setembro de 2015.

Dedico este trabalho as minhas filhas, Juliana e Larissa, e a todos os jovens que acreditam na sua capacidade de transformar suas vidas em algo que valha a pena, e que nutram a certeza de que a mudança começa em nós.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Senado Federal que, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, proporcionou mais essa oportunidade para aprimorar meus conhecimentos por meio desta capacitação profissional.

Espero poder retribuir, em breve, com a prestação de um trabalho com mais preparo nos novos desafios que a instituição da qual faço parte me demande, agora como especialista na área fim do Poder Legislativo.

Agradeço, também, a todos os professores do curso, em especial à minha orientadora, professora doutora Suely Araújo, que, além de partilhar seus conhecimentos, colaborou de forma decisiva na sinalização dos caminhos que me ajudaram a encontrar as respostas para a elucidação do tema que escolhi.

E, finalmente, a todos os que gentilmente colaboraram para a realização da minha pesquisa: servidores, diretores, senadores e ao senador José Sarney, que começou tudo isso, sem deixar de registrar os mestres José Murilo de Carvalho, Antônio Barbosa e tantos outros que nos inspiraram durante todo o curso.

“Si la ausência de ciudadanía social nos comueve, no es solo porque ofende a la dignidad humana sino porque socava las posibilidades de aquellos de actuar autónomamente em su relación com otros ciudadanos y com el Estado. El verdadero desafio reside por conseguinte em construir uma sociedade más justa y hacerlo democráticamente”
(LAZZETTA, 2000, p. 40).

“A ausência de cidadania social nos comove, não apenas por ofender a dignidade humana, mas também porque acaba com as possibilidades de atuar-se autonomamente na sua relação com outros cidadãos e com o Estado. O verdadeiro desafio reside em construir uma sociedade mais justa e fazê-lo democraticamente.” (LAZZETTA, 2000, p. 40, tradução nossa).

RESUMO

Este estudo de caso tem como objetivo apresentar as percepções dos participantes, parlamentares e servidores envolvidos no Projeto Jovem Senador, respeitadas as limitações relativas ao universo pesquisado, ao tempo da vivência e à ausência de uma avaliação posterior da experiência com os jovens egressos do Projeto. Pretende-se avaliar a eficácia do Projeto na construção da cidadania, a partir das informações prestadas pelos seus participantes, colaboradores e incentivadores por meio de pesquisas de campo (questionários e entrevistas), matérias de jornais, *Internet* e pesquisa bibliográfica. O foco deste estudo é chamar a atenção ao fato de ser uma experiência ímpar, em que o jovem tem acesso ao processo legislativo e ao trabalho parlamentar. Assim, espera-se averiguar, além do perfil dos participantes, a mudança de postura do jovem com a vivência no Parlamento, mesmo que breve. Intenta-se também analisar quais contribuições poderiam ser agregadas para tornar o Projeto mais adequado na prestação de informações sobre o papel institucional do Poder Legislativo, em especial do Senado Federal, na produção das leis, na garantia de direitos e deveres individuais e coletivos e na provocação de uma reflexão sobre a cidadania como caminhada. Em síntese, o resultado geral deste trabalho é a percepção dos servidores envolvidos e dos jovens participantes sobre a reflexão proposta pelo projeto e a mudança de visão sobre o Poder Legislativo e cidadania a partir da vivência, como sendo uma experiência entre as muitas que farão parte da vida desses jovens.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Direitos. Participação política. Cidadania. Democracia.

ABSTRACT

This case study aims to show the perceptions from the participants, congressmen and from the congress servers involved in the "Young Senator Project" (Projeto Jovem Senador), subject to the limitations on the researched universe, by the time of the experience and the absence of further evaluation from the young graduates of the Project. It is intended to assess the effectiveness of the Projeto Jovem Senador to build citizenship, from the information provided by its participants, contributors and supporters through research fields (questionnaires and interviews), newspaper's articles, Internet and literature. This project aims to call special attention to the fact that it is a unique experience, where the young person has access to the legislative process and the Congress work. Thus, it is expected ascertain, beyond the profile of the participants, the changing young posture with experience at Parliament, even in short time. It intends also to analyze which contributions can be aggregated to make the Project more appropriate in providing information about the institutional role of the Legislative Branch, especially the Federal Senate, in the production of laws, securing individual and collective rights and duties and provoking a reflection on citizenship as a walking. In summary, the overall result of this work is the perception from the servers involved and the young participants on the discussion launched by the project and the vision changed of the legislative and citizenship from the knowledge as an experience among the many that will be part of these young people's life.

Keywords: Legislative power. Rights. Political participation. Citizenship. Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Você considera importante votar nas eleições?	30
Figura 2 - Você contribui para melhorar a sua comunidade, seu bairro, seu ambiente estudantil?	31
Figura 3 - Você respeita as regras comuns como faixa de pedestre, vagas exclusivas, filas preferenciais?	31
Figura 4 - Você considera importante participar de movimentos populares e sociais?	32
Figura 5 - Você considera o exercício da cidadania pressupondo-se como um postura cooperativa e de responsabilidade individual para o bem coletivo	32
Figura 6 - Você sente-se um cidadão consciente?	33
Figura 7 - Você considera a comunicação entre o parlamento e a juventude brasileira.....	33
Figura 8 - Você sente-se representado pelos parlamentares que representam o seu Estado? ..	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PERGUNTA DE PESQUISA	10
1.2 EXPLICANDO O TEMA.....	11
1.3 CONCEPÇÃO DA PESQUISA	12
1.4 APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA	13
2 CIDADANIA NO BRASIL, UMA LONGA CAMINHADA	16
3 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	20
4 O PROJETO JOVEM SENADOR: INFORMAÇÕES BÁSICAS	23
5 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA	26
5.1 COMENTÁRIOS GERAIS	26
5.2 APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	26
5.3 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS	27
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM OS JOVENS	30
7 ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS	40
7.1 TRECHOS SELECIONADOS	40
7.2 INDICADORES DE EFICÁCIA.....	50
7.3 PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS	53
7.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	55
8 CONCLUSÕES.....	58
8.1 COMENTÁRIOS GERAIS	58
8.2 PROPOSTAS DE MELHORIA DO PROJETO	59
8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A – FORMULÁRIOS	67
APÊNDICE B – ENTREVISTAS	69

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, pretende-se explicitar o tema, a pergunta norteadora da pesquisa e sua explicação, mostrar como foi realizado o estudo, incluindo a revisão de literatura e a coleta e análise de dados, e apresentar os temas que serão abordados em cada um dos capítulos da monografia.

Esta pesquisa, que tem como tema o Projeto Jovem Senador, desenvolvido pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, tem como objetivo apresentar a percepção dos servidores e parlamentares envolvidos e verificar a eficácia do Projeto na construção da cidadania. Por meio desse Projeto, os jovens participantes exercem por uma semana um mandato simbólico de senador e, além de viverem a rotina de um parlamentar, têm acesso a informações sobre a composição e funcionamento do Poder Legislativo e a sua importância para a democracia.

Para alcançar os objetivos propostos, são analisados dados referentes ao Projeto, como recursos financeiros, origem dos participantes, motivação para participar da iniciativa, atuação na comunidade e continuidade dos estudos após a experiência no Parlamento. Intenta-se avaliar o grau de participação desses jovens, sua disposição para atuar como cidadãos e compreender os motivos que os levam a contribuir para as suas comunidades e respeitar as regras sociais. A proposta é avaliar o grau de comprometimento com o exercício da cidadania, constatar os anseios da juventude para o restabelecimento da confiança no Poder Legislativo, analisar a importância do Projeto e os seus resultados na mudança de visão dos participantes com relação à atuação parlamentar e à complexidade do processo legislativo. Procura-se entender até que ponto as informações transmitidas podem ser efetivas na reformulação de conceitos. Pretende-se, finalmente, mensurar as possibilidades de aprimoramento do Projeto e verificar quais medidas podem ser somadas para que ele se torne mais eficaz.

1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

A presente análise pretende responder ao seguinte questionamento: **qual é a eficácia do Projeto Jovem Senador na construção da cidadania?**

Entende-se eficácia segundo a perspectiva de Costa e Castanhar (2003) relativa a programas governamentais. Avaliar eficácia implica verificar em que medida o programa atinge os seus objetivos e metas (COSTA, CASTANHAR, 2003, p. 973). A avaliação de eficácia diferencia-se da avaliação de eficiência, na qual se verifica a relação custo/benefício

possível para o alcance dos objetivos estabelecidos, bem como da avaliação de efetividade, que analisa o impacto do programa de forma profunda.

Segundo Costa e Castanhar (2002, 2003), faz-se necessária a avaliação sistemática dos programas governamentais com o intuito de melhor utilização dos recursos aplicados e de fornecimento de subsídios aos formuladores de políticas, os quais serão utilizados na elaboração de políticas mais consistentes e na obtenção de uma gestão mais correta.

Assume-se nesta pesquisa que o Projeto Jovem Senador constitui um programa governamental e, portanto, pode e deve ser objeto de avaliação de sua eficácia. Esse esforço pode contribuir para a melhoria de seu funcionamento e para a aplicação mais correta dos recursos nele aplicados.

Dessa forma, em suma, pretende-se aferir a eficácia do Projeto e verificar se de fato ele cumpre seu papel na formação de opinião dos jovens e, portanto, se é eficaz na construção da cidadania.

1.2 EXPLICANDO O TEMA

O Projeto Jovem Senador faz parte das ações institucionais da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal e, assim como o Projeto de Visita ao Parlamento brasileiro, constitui uma ferramenta à disposição do cidadão, no caso direcionada especificamente ao jovem. O Projeto nasceu em 2008 e, neste ano de 2015, está em sua 7ª edição.

Começou com uma proposta de se fazer um concurso de redação sobre temas relativos ao civismo, passando por assuntos como cidadania e outros. O objetivo principal era premiar jovens estudantes de escolas públicas, escolhidos por meio de processo seletivo para participarem da cerimônia do Dia da Bandeira.

Com o tempo, o projeto cresceu e hoje, além de participarem do ato cívico do Dia da Bandeira, os jovens vivenciam o processo legislativo, durante uma semana.

De 2008 a 2010, havia apenas o Concurso de Redação e os autores das 27 melhores redações eram convidados a participavam da cerimônia do Dia da Bandeira. A partir de 2010, com a Resolução nº 42, de 2010, que criou o Projeto Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal, a iniciativa foi ampliada e, atualmente, o concurso de redação tornou-se um pré-requisito para participar do Projeto Jovem Senador.

O Programa Senado Jovem Brasileiro comporta, portanto, os dois projetos: o Concurso de Redação e o Projeto Jovem Senador, que torna possível aos jovens vencedores viverem durante uma semana a rotina de um senador, participando de sessões plenárias e de

debates nas comissões temáticas, inclusive com a apresentação de proposições que podem se tornar futuras leis.

O Projeto disponibiliza informações importantes aos participantes e chama a atenção para aspectos relevantes do processo político, alertando sobre a participação política como imprescindível para o amadurecimento da democracia do país.

Acredita-se que, além de o Projeto ser uma oportunidade ímpar de se vivenciar o processo legislativo, pode auxiliar na compreensão das dificuldades que são enfrentadas pelos representantes políticos na aprovação de matérias de interesse da sociedade, em um país de interesses tão complexos e diversos como o Brasil.

Com este estudo, pretende-se apresentar a percepção dos servidores que atuam direta ou indiretamente no Projeto, bem como de parlamentares, como o Senador Paulo Davim, Presidente da Comissão do Projeto Jovem Senador no período de 2012 e 2014 e um dos apoiadores da iniciativa, o Senador Telmário da Costa e o ex-Presidente José Sarney e, dessa forma, analisar as contribuições do Projeto Jovem Senador.

A escolha do tema prende-se ao fato de se pretender fazer uma reflexão mais atenta sobre o Projeto, para aferir se ele cumpre os seus objetivos, que, em última instância, são informar e divulgar ao jovem o papel institucional do Poder Legislativo na produção das leis, em especial do Senado Federal e, sobretudo, levar o participante a ter uma visão mais clara da sua contribuição individual no processo democrático, reforçando o conceito de cidadania.

O Projeto intenta integrar o jovem na realidade parlamentar, fazendo com que ele tenha conhecimentos básicos sobre o processo de produção das leis e compreenda as dificuldades associadas à aprovação de proposições legislativas. Objetiva, igualmente, uma reflexão sobre a responsabilidade individual para o bem comum, assim como para a tomada de consciência de que a cidadania é feita não apenas de direitos, mas também de deveres. Finalmente, tenta caminhar no sentido de uma mudança de postura transformadora, ao despertar nos jovens a consciência do que individualmente pode ser feito para a melhoria do lugar onde vivem.

A expectativa é de que o Projeto tenha caráter multiplicador, uma vez que os jovens participantes, quando voltam aos seus Estados de origem, tendem a compartilhar com outros jovens, familiares e colegas de trabalho a experiência vivenciada no Parlamento.

1.3 CONCEPÇÃO DA PESQUISA

Para alcançar os propósitos do estudo, foram considerados passos necessários: (1) fazer breve contextualização sobre a cidadania no Brasil, o que foi concretizado por meio de

pesquisa bibliográfica sobre aspectos históricos da realidade nesse campo; (2) compreender os motivos que levam os jovens a exercerem a sua cidadania, o que foi concretizado por meio de análise crítica de matérias publicadas em jornal e na *Internet* sobre o processo de participação da juventude; e (3) analisar os resultados do Projeto Jovem Senador em termos de seus beneficiários, o que foi concretizado pelo estudo das respostas do questionário aplicado a 27 estudantes participantes, incluindo informações sobre a importância do voto, a participação individual na melhoria da comunidade, o respeito a regras comuns como faixa de pedestre, filas preferenciais e vagas exclusivas, a participação em movimentos sociais e populares, o exercício e consciência da cidadania, a comunicação entre a juventude e o Parlamento e a percepção quanto à legitimidade dos representantes políticos. Além do perfil desses estudantes, a análise de informações complementares agregadas ao questionário aplicado auxiliou na compreensão do comportamento desses jovens e na avaliação do Projeto.

A proposta foi avaliar até que ponto as informações obtidas durante a experiência vivida no Parlamento podem ser efetivas na mudança de perspectiva sobre o papel institucional do Poder Legislativo, em especial do Senado Federal, na produção das leis, assim como para os jovens terem uma visão mais clara do que podem fazer individualmente para representar diferença na comunidade onde vivem, em outras palavras, para exercer de forma consciente a sua cidadania.

Cabe registrar que, para a avaliação do Projeto, foram realizadas entrevistas com gestores que atuam no Senado Federal, incluindo os envolvidos diretamente com a iniciativa em questão, com o Senador Telmário da Costa e com o ex-presidente José Sarney, bem como colhidos depoimentos complementares.

Esta pesquisa pretende atentar sobre o que pode ser feito para que a juventude se sinta mais próxima do processo político e, dessa forma, aprimorar os mecanismos existentes nessa perspectiva. Chama a atenção, também, para a importância de se criarem e aperfeiçoarem ferramentas que estreitem as lacunas existentes nas relações entre a juventude e os representantes políticos.

1.4 APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

Esta monografia é composta por sete capítulos, além desta Introdução. Os próximos capítulos têm o conteúdo descrito a seguir.

O segundo capítulo trata da trajetória da cidadania no Brasil, para que seja possível compreender o conceito como sendo uma construção que se inicia com conquistas históricas fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade e a todos os direitos e

garantias que vieram a partir desses e que continuam a ser conquistados até os dias de hoje, em uma caminhada com início, mas sem fim, conquistas que foram se aprimorando na medida em que a sociedade busca o pleno exercício de seus direitos civis, políticos e sociais.

O terceiro capítulo apresenta breve abordagem sobre a participação política da juventude no país. Com base em matérias publicadas sobre o tema, pretende-se compreender o que motiva e leva os jovens a participar mais ativamente do processo político, como movimento natural da juventude que anseia por mudanças, e as razões que os levam a envolverem-se em ações sociais, a protestarem quando estão insatisfeitos, a lutarem por mudanças e a preocuparem-se com o bem do próximo e da coletividade.

O quarto capítulo contempla uma contextualização do Projeto Jovem Senador, abrangendo informações sobre a sua criação, em 2008, os seus objetivos, a sua trajetória, a sua ampliação, em 2010, quando o concurso passou a ser pré-requisito para participar do Projeto. Traz, também, algumas informações sobre resultados alcançados, com o acolhimento, nas Comissões Temáticas do Senado, de algumas propostas sugeridas pelos jovens.

O quinto capítulo explica a metodologia utilizada na pesquisa empírica, com detalhes sobre os questionários e entrevistas aplicados, e traz informações sobre os estudantes pesquisados e as pessoas que foram entrevistadas tanto por sua importância na concepção, implementação, ampliação, modernização e sustentação do Projeto, quanto pelas diferentes colocações e opiniões divergentes sobre a iniciativa, elemento fundamental para uma avaliação imparcial e com vistas ao seu aprimoramento.

O sexto capítulo traz a análise dos dados e considerações críticas da pesquisa com base nos resultados da investigação junto aos jovens participantes do Projeto, complementados por gráficos e quadros demonstrativos.

O sétimo capítulo apresenta trechos das entrevistas e depoimentos considerados relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa, incluindo indicadores de eficácia e as divergências quanto ao Projeto.

O oitavo capítulo aborda as considerações finais e verifica se o questionamento inicial foi respondido, isto é, se o Projeto é eficaz na construção da cidadania. Discorre, também, sobre as melhorias que podem somar-se à iniciativa, trazendo informações sobre as demandas colocadas pelos estudantes, criadores, iniciadores, apoiadores, incentivadores, servidores, diretores e parlamentares envolvidos, bem como pelos que possuem opiniões contrárias à iniciativa.

Finalizando, constam as referências utilizadas para embasamento desta pesquisa e os apêndices, incluindo os questionários distribuídos aos estudantes e os roteiros básicos das entrevistas feitas com as pessoas consideradas importantes para a avaliação do Projeto.

2 CIDADANIA NO BRASIL, UMA LONGA CAMINHADA

O presente capítulo tratará dos aspectos históricos da cidadania no Brasil, tendo como pano de fundo a relação com a Coroa portuguesa, fato determinante para compreender a trajetória do país em busca de direitos e garantias que se modificaram e se aperfeiçoaram com o tempo e à medida que a sociedade brasileira tornou-se mais complexa e diversificada.

A construção da cidadania¹ no Brasil e a relação do cidadão² com o Estado têm suas raízes na época do Império, quando se inicia uma longa caminhada em busca de direitos, tais como o direito à vida, à liberdade e à propriedade, direitos que foram aprimorados ao longo do tempo e se transformaram no que se considera hoje o pleno exercício dos direitos civis, políticos e sociais.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2002), a construção desses conceitos só é compreendida a partir de um mergulho no Brasil imperial, como consequência do que foi a colonização do país e, dessa forma, entender os motivos pelos quais, até hoje, existem comportamentos daquela época.

Diferentemente de outras colonizações, em que havia a intenção dos colonizadores em estabelecerem-se nas colônias com suas famílias, a colonização portuguesa teve caráter meramente exploratório, no qual a Coroa portuguesa se limitava a levar daqui tudo o que tivesse valor.

Até 1822, os benefícios eram concedidos a poucos e apenas uma pequena elite usufruía de direitos civis. Mesmo com a independência, a relação entre a sociedade e o Estado continuou a ser baseada em valores como obediência, lealdade e gratidão e o voto era trocado por roupa, chapéu, sapato ou refeição. Havia exclusão muito grande e não existia o direito a voto. Os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros da igreja, os presos e a maioria da população não sabiam a importância do voto (CARVALHO, 2002).

Segundo Carvalho (2002), nem sempre a cidadania de direito foi cidadania de fato. Isso fica claro com relação aos cidadãos negros, cuja luta pela cidadania começou em 1888, com a Lei Áurea, mas se estende aos dias de hoje em uma demonstração inequívoca de que há uma cidadania no papel e outra cotidiana, a ser conquistada todos os dias, e, ainda hoje se

¹ O termo cidadania está diretamente ligado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das *polis* gregas, entre os séculos VII e VIII a.C. As mudanças nas estruturas socioeconômicas incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando-as de acordo com as necessidades de cada época.

² A cidadania é mais do que ser cidadão, é, na prática, exercer em plenitude os direitos e assumir os deveres impostos pela Lei. O vínculo de cidadania estabelece direitos e obrigações da pessoa com o Estado, facultando ao cidadão prerrogativas para o desempenho de atividades políticas, conforme o art. 14 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

discutem formas de reparação das injustiças históricas conferidas ao cidadão negro brasileiro, como a recente política de cotas.

Assim como a independência não significou uma ruptura definitiva com antigos padrões de comportamento, a abolição da escravatura acabou com a escravidão, mas não alterou a situação dos escravos, os quais, depois de libertos, escravizavam outros escravos, ou seja, a mudança limitou-se a acabar com uma distorção sem se preocupar com as consequências dessa nova ordem social (CARVALHO, 2002).

Apenas no papel e formalmente eles passaram a ter o direito à liberdade, mas apenas isso. Não houve preocupação por parte do Estado de conceder aos libertos direitos atrelados a essa nova ordem social, tais como escolas, terras e empregos. A eles foi concedida apenas e tão somente a falsa sensação de liberdade.

Estas distorções permaneceram por muito tempo e somente na década de 1930 surge a primeira lei de assistência social, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e o voto feminino. São dessa época também conquistas importantes como a representação classista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Ministério do Trabalho, o incentivo à criação dos sindicatos, a jornada de 8 horas, férias, 13º salário, entre outros benefícios e garantias (CARVALHO, 2002).

Foram necessários muitos movimentos e manifestações para se ter consciência da importância e do sentido do voto e dos direitos e deveres do cidadão.

Entre 1964 e 1985, época da ditadura militar, essas conquistas sofreram retrocesso e esse período foi marcado pela cassação de mandatos de parlamentares, suspensão de direitos políticos, exílio de artistas e intelectuais, perda de direitos civis, políticos e sociais e suspensão de direitos e conquistas democráticas conquistadas ao longo da história.

Após longo período marcado pela tortura, somente a partir do processo de redemocratização é que houve a institucionalização dos direitos humanos.

É inaugurada nova fase do processo de construção da cidadania no Brasil, quando, em função do deslocamento da população do campo para as cidades, têm início processos como a criação da comissão da pastoral da terra e a mobilização da igreja em defesa dos direitos humanos, entre outros movimentos.

A Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, e as eleições diretas, conseguidas graças ao movimento conhecido como *Diretas Já*, encabeçado por jovens que saíram às ruas pleiteando a retomada do direito ao voto, ainda que tenham significado um resgate dos direitos e da redemocratização do país, não resolveram questões como a desigualdade social, o desemprego e problemas relativos à educação, saúde e segurança, que

permanecem até hoje (CARVALHO, 2002). Frustrações se arrastaram, como o impedimento e a decepção de Collor, primeiro presidente civil eleito por meio do voto direto.

Entretanto, não se podem negar os inúmeros progressos alcançados a partir da retomada da redemocratização do país, quando passam a fazer parte do cenário político-econômico outros atores: de um lado, os empresários e, do outro, as centrais sindicais e a luta pelos direitos da classe trabalhadora.

Direitos históricos, como o de votar, foram determinantes para a conquista de outras garantias. Os avanços promovidos pela nova Carta propiciaram outras conquistas que vieram posteriormente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, o Código de Defesa do Consumidor e a extensão dos benefícios dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. E, mais recentemente, a regulamentação da união homoafetiva, a lei das cotas para negros, a implantação dos juizados especiais, a lei de mediação de conflitos, a lei de inclusão da pessoa com deficiência e a ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos, indicando que a sociedade mudou, assim como os mecanismos de proteção dessas minorias e diversidades e ajudam a compreender que, para se consolidar a democracia³, a sociedade não deve ser contra o Estado. Ao contrário, deve andar de mãos dadas com ele, e isso significa assumir responsabilidades também.

Só se tem uma democracia madura ao se caminhar na direção da colaboração entre sociedade e Estado. Na colaboração está a solução de problemas sociais, como a desigualdade, que hoje é a escravidão que impede a construção de uma sociedade menos violenta, com mais saúde, educação, consciência de direitos, mas, acima de tudo, deveres, deixando para trás a ideia do grande pai ou da grande mãe que tudo concede, tudo resolve, mas que também pune e pode retirar direitos e liberdades.

Essa caminhada pressupõe, também, a consciência de que o bem coletivo fortalece e, ao contrário do que possa parecer, as conquistas individuais não devem significar a perda de direitos do outro, na medida em que, ao enfraquecê-lo, haverá o enfraquecimento individual, assim como das instituições que representam o povo.

Nesse sentido, a cidadania não combina com individualismo, mas com responsabilidade individual para o bem coletivo, e essa postura pressupõe um espírito de colaboração pacífica entre os cidadãos na busca da melhor solução para os problemas comuns

³ Democracia: o ideal da democracia, que é a maior participação do cidadão nas decisões políticas, envolve conflitos, tendo em vista a complexidade da sociedade moderna, que infligiu à democracia o caráter representativo como forma, também, de autossustentabilidade do regime (UNILEGIS, 2008).

e significa exercer, em plenitude, não apenas os direitos, mas principalmente assumir os deveres inerentes a eles.

Para que o exercício da cidadania brasileira seja pleno, torna-se necessária, além da percepção histórica desta conquista, a consciência de que o caminho a ser percorrido é construído com a responsabilidade individual de todos os cidadãos e tecido por conquistas diárias, que fazem parte de um processo sempre em construção. Na medida em que a sociedade avança juntamente com suas demandas e esperanças, essa construção inacabada pressupõe trabalho, não só coletivo, mas essencialmente de responsabilização individual para o bem da coletividade.

A consolidação da cidadania é, portanto, um processo inacabado e depende da transformação da cultura política para uma dimensão mais participativa e de mecanismos institucionais que tornem a democracia viável, feita por pessoas que são capazes de sair do individualismo e se colocarem no lugar do outro.

3 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo tratará das motivações e impedimentos que levam o jovem a participar ou não do processo político como agente de mudanças, e o que pode ser feito para que seja provocada a consciência política da juventude, com vistas à ressignificação dessa atividade inerente ao cidadão.

Segundo matéria publicada no Correio Braziliense, no dia 22 de abril de 2014, intitulada *Juventude engajada*, em reportagem feita pela jornalista Isabela Oliveira, os prejuízos provocados pelas falhas dos serviços públicos e a preocupação com o bem-estar do próximo estão entre os motivos que levam os mais jovens a se envolverem em ações sociais.

Entre 1984 e 1985, a participação cívica da juventude brasileira era nítida e ocorreu quando milhares de jovens ocuparam as ruas em apoio ao movimento conhecido como “*Diretas Já*”, mobilização⁴ em defesa das eleições presidenciais diretas.

O descontentamento, segundo a matéria, também se refletia nas letras de Cazuza, da Legião Urbana, em canções como *Ideologia, eu quero uma pra viver*, entre outras tocadas naquela época.

Em junho de 2013, novamente foi observado que as principais capitais do país se encheram de jovens insatisfeitos com a possibilidade do aumento das passagens de ônibus, o que os motivou a voltar para as ruas e protestar.

Da década de 1980 para cá, muita coisa mudou: a participação popular⁵, os governos, a tecnologia avançou, as formas de se comunicar e de se agrupar. Entretanto, uma vontade permanece a despeito do tempo e de todas as mudanças e transformações: mudar a realidade.

A pesquisadora Constance Flanagan, da Universidade de Wisconsin, no livro *Adolescentes cidadãos*, relata que os jovens também estão preparados para o debate político, contrariando a premissa de que os direitos civis são uma preocupação somente daqueles que tiveram a oportunidade de receber um alto nível de educação. Nessa esteira, ela defende a necessidade de construção de conexão afetiva desses jovens com a sociedade que integram (OLIVEIRA, 2014).

O psicólogo Felipe Burle dos Anjos acredita ser o homem, por natureza, um animal político. Para ele, esse aprendizado começa na adolescência, quando o indivíduo toma consciência de seus direitos e obrigações (OLIVEIRA, 2014).

⁴ Mobilização: a participação ou não em uma mobilização é uma escolha, uma decisão individual que depende, essencialmente, das pessoas se virem ou não como capazes de produzir mudanças (MARTINS, 2008).

⁵ Participação popular: participação popular ou democrática vem sendo conquistada com muitas lutas. A palavra é sinônimo de reivindicação e conquistas da sociedade. Sempre esteve ligada à história, desde a colonização, pela maior ou menor abertura dos governantes ao diálogo (UNILEGIS, 2008).

Comportamento nessa linha pode ser verificado com o funcionário público André Dutra, de 28 anos. Ele alega que, ao se sentir incomodado com a baixa qualidade dos serviços públicos, sentiu-se motivado a fazer algo para mudá-los. Como representante de turma da escola onde estudava, deu início a sua vida cívica e passou a lutar pela implementação de um bilhete único para o transporte público (OLIVEIRA, 2014).

Já os estudantes Felipe Tomasi, de 22 anos, e Gianluca Rech, de 21, foram movidos pelo espírito da participação ao criarem um evento para levantar fundos para creches e asilos: o futebol solidário. Para eles, esse comportamento é herança de família, que sempre fizeram ações sociais. Além das famílias, os professores também teriam ajudado a incentivar a realização de trabalhos sociais em asilos e creches (OLIVEIRA, 2014).

Para o estudante de arquitetura Felipe Fuentes, de 24 anos, o interesse pelas questões políticas surgiu quando o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub) estava sendo votado. Munido de apitos e cartazes, ele e mais um grupo de estudantes puderam acompanhar a votação do projeto de lei, que determinaria o futuro urbanístico da cidade onde mora (OLIVEIRA, 2014).

Como observado por Nietzsche (1918), os organismos vivos seriam motivados não somente pela autopreservação, mas pela busca da superação e de tornar-se mais. Ao valorizar o jovem e reconhecê-lo como importante, este é motivando a fazer o que lhe cabe individualmente para somar no coletivo, como fizeram as pessoas citadas na matéria elaborada por Oliveira (2014).

Segundo Karl (1844), Banducci e Bowler (2003), as sociedades sem esse empoderamento estão mais suscetíveis a ficarem subjugadas e submetidas a governos populistas e acabam por cair na passividade, pelo descontentamento e natural crise de representatividade. Essa crise de legitimidade tem causado perda da noção de bem comum e a prevalência de interesses particulares em detrimento do contrato social, desvaloriza a democracia e destrói os princípios básicos da convivência pacífica (GARAY, 2001).

A retomada dessa cultura política, presente em quase todos os clássicos da democracia, como Tocqueville (1992), Rousseau (2000), Aristóteles (2007) e Platão (1996), só será possível estimulando-se o interesse por esses conceitos e a consciência de que apenas o voto não legitima um governo se ele não tem credibilidade e não inspira confiança. Apenas as eleições não legitimam uma democracia (COSTA, 2015).

Ainda que este capítulo seja eminentemente assertivo sobre questões controversas, merecendo oportunamente ser aprofundado, o que foge ao escopo desta monografia, acredita-se que se pode concluir que será a retomada da confiança nas instituições que irá propiciar

ambiente de credibilidade e de legitimidade na esfera do contrato social, em uma relação direta entre conceitos como normas, confiança, virtudes cívicas e associações, de um lado, e o processo democrático, de outro.

4 O PROJETO JOVEM SENADOR: INFORMAÇÕES BÁSICAS

Este capítulo tem informações básicas acerca do Projeto Jovem Senador⁶ e explica como são trazidos estudantes para vivenciar a atividade legislativa, debatendo e propondo projetos de lei. Cumpre esclarecer que as informações são baseadas em entrevistas com servidores que trabalham no Projeto, bem como com outros servidores do Senado Federal e parlamentares que o apoiam. A pesquisa tem, assim, limitações, decorrentes do próprio tempo disponível para a realização desta monografia.

O Projeto Jovem Senador é uma iniciativa da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal. São selecionados todos os anos estudantes do ensino médio de escolas públicas dos estados e do Distrito Federal, entre dezesseis e dezenove anos, por meio de um concurso de redação, sendo que os autores das 27 melhores redações, um por Estado da federação, são levados para a capital federal, onde exercem, no Senado Federal, um mandato simbólico por uma semana e simulam a atuação dos parlamentares como se fossem senadores. Nas palavras de um dos senadores que acreditam na iniciativa: “O projeto ajuda a criar uma consciência sobre a importância das discussões nacionais e do trabalho legislativo. É o Senado unindo experiência e juventude para fortalecer a cidadania.” (DAVIM, 2003, p. 3).

O Projeto nasceu em 2008 e, neste ano de 2015, está em sua 8ª edição. O seu objetivo principal era, nas palavras de Cláudia Lyra (2015), secretária-geral da Mesa à época, “[...] premiar jovens estudantes de escolas públicas, escolhidos por meio de processo seletivo para participar da cerimônia do Dia da Bandeira, uma iniciativa similar a um Projeto que existia no Parlamento português.”

A proposta inicial era a de “[...] se fazer um concurso de redação sobre temas relativos ao civismo, passando por temas mais abrangentes, como cidadania entre outros”, afirma Lucyana Vega (2015), uma das idealizadoras e coordenadora de eventos da primeira versão do Projeto.

No período entre 2008 a 2010, havia apenas o concurso de redação e foi a partir de 2011 que “[...] tivemos a ideia de aproveitar os estudantes selecionados no concurso de redação para participarem do Projeto Jovem Senador, ampliando o que era originalmente apenas o concurso de redação”, relata Juliana Rebello (2015), diretora da Secretaria de Relações Públicas desde o primeiro concurso.

Atualmente, o Projeto cresceu e, segundo Andrea Valente, atual diretora da Secretaria de Relações Públicas, disponibiliza informações importantes aos jovens participantes e chama

⁶ O Projeto possui *site* próprio onde estão disponíveis informações adicionais: <senado.gov.br/jovemsenador>.

atenção para aspectos fundamentais do processo político, alerta sobre a importância da participação política como imprescindível para o amadurecimento da democracia do país, proporciona a vivência do processo legislativo e “[...] auxilia na compreensão das dificuldades enfrentadas pelos representantes na aprovação de matérias de interesse da sociedade num país de interesses tão complexos e diversos como o nosso, além de participarem da solenidade pelo Dia da Bandeira.” (VALENTE, 2015, informação verbal).

Essa visão é corroborada por Márcia Yamaguti, atual coordenadora de eventos da mesma Secretaria, segundo a qual, “[...] os estudantes têm a oportunidade de vivenciar, durante uma semana, a rotina de um senador, acompanhar os trabalhos de algumas comissões temáticas e sessões plenárias, inclusive propondo leis que consideram importantes para as suas regiões.” (YAMAGUTI, 2015, informação verbal).

De acordo com matéria publicada pelo jornalista Paulo Cezar Barreto no Caderno Especial Cidadania, do *Jornal do Senado Federal*:

[...] os vinte e sete estudantes simulam mandatos de senador, elegem uma Mesa Diretora, e formam comissões temáticas nas quais irão discutir e votar projetos, tanto nas comissões quanto no Plenário. Os projetos são publicados no Diário do Senado Federal e encaminhados como sugestões legislativas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. As sugestões recebem pareceres dos senadores e, se aprovadas, são convertidas em projetos de lei do Senado e passam a tramitar normalmente. É o caso do PLS 185/2012, sugerido em 2011 pela estudante baiana Adriele Souza, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando obrigatória a comprovação de qualificação dos professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico. É também o caso do PLS 467/2012, que determina que os sistemas de ensino identifiquem, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência, para incluí-los em planos de recuperação especial. A sugestão foi da estudante Rafaela Silva, representante de Mato Grosso, em 2011. (BARRETO, 2014, p. 1).

Segundo consta na página oficial do senador Paulo Paim, edição publicada na *Internet* no dia 30/07/2013, a senadora Ana Rita (2013), presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em 2013, teria declarado que “[...] os projetos dos jovens senadores raramente são rejeitados porque são muito pertinentes”. Essa opinião compartilhada pelo senador Paulo Davim (2013), que foi presidente da Comissão do Projeto Jovem Senador em 2013, para quem o Projeto “[...] ajuda a criar uma consciência sobre a importância das discussões nacionais e do trabalho legislativo.” E complementa afirmando que:

[...] já há uma busca por parte do Poder Legislativo para que a juventude participe dos debates para melhorar o Brasil. E finaliza: as manifestações são legítimas e democráticas, mas é preciso ter em mente que elas não substituem as instituições. O anseio da juventude de participar da dinâmica política do país é salutar para a própria juventude, para a política e para a democracia. (DAVIM, 2013, p. 2).

A maioria dos estudantes chega sem a menor noção do quanto um parlamentar trabalha, das dificuldades para se propor uma lei e aprová-la, enfim, “[...] aqui eles têm a oportunidade de perceber as dificuldades de se fazer emplacar uma ideia, por melhor que ela seja, pela própria dificuldade geográfica e percebem que o que é bom para uma região não é necessariamente bom para outra” (SILVA, 2015, informação verbal)⁷, argumenta a servidora responsável pelos estudantes durante toda a estada em Brasília. Ela finaliza dizendo que eles saem daqui com uma nova postura, motivados a correrem atrás, por acreditarem que “[...] é possível a mudança a partir deles próprios.” (SILVA, 2015, informação verbal).

Na sequência, será apresentada a pesquisa empírica voltada a avaliar a eficácia do Projeto Jovem Senador, iniciando pela metodologia.

⁷ Maria Rosa Silva é o nome fictício da terceira entrevistada. A servidora pediu para não ser identificada na monografia.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA

Neste capítulo, serão fornecidas informações sobre a aplicação do questionário a um grupo de estudantes participantes do Projeto Jovem Senador, bem como sobre as entrevistas realizadas tendo em vista reunir dados para responder à pergunta norteadora da pesquisa.

5.1 COMENTÁRIOS GERAIS

O presente trabalho é composto de pesquisa de campo quantitativa (perguntas fechadas), realizada por meio de aplicação de questionários em uma pequena amostra, e qualitativa (perguntas abertas com liberdade de respostas), além de entrevistas com estudantes, diretores, servidores e senadores para avaliação da eficácia do Projeto Jovem Senador como ferramenta a serviço da construção da cidadania.

Para a avaliação da eficácia do Projeto, pretende-se também verificar quais ações podem ser mais consistentes para uma gestão eficaz. Pretende-se, pois, identificar as suas precariedades, assim como as propostas que possibilitem fazê-lo funcionar melhor, se possível (KETTLE, 1998).

A aplicação do questionário foi concretizada nos últimos dois dias do Projeto na versão 2014, ou seja, 18 e 19 de novembro de 2014, conforme modelo relacionado nos apêndices. Os 27 estudantes então participantes do Projeto responderam da seguinte forma: alguns responderam totalmente, outros incompletos e alguns em branco.

As entrevistas foram realizadas em diferentes datas ao longo do primeiro semestre de 2015, com diretores e servidores envolvidos no Projeto e também com parlamentares, conforme modelos discriminados nos Apêndices.

5.2 APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário aplicado aos 27 estudantes serviu para avaliação de conceitos julgados importantes e pertinentes ao tema cidadania, principal objeto da presente abordagem.

Seguem os tópicos das perguntas realizadas.

1. Importância do voto. Com esse questionamento, busca-se compreender o que o jovem pensa sobre o voto. Seria um ganho e uma conquista ou um sacrifício e um fardo?
2. Avaliação do grau de contribuição do jovem para a melhoria do local onde vive.
3. Avaliação do respeito do jovem às regras de convivência pacífica e o seu comportamento no coletivo.

4. Avaliação da participação dos jovens em movimentos sociais como indicadores de ímpeto por mudanças.
5. Identificação de conceitos internalizados nos jovens, como o de cidadania.
6. A partir deste conceito, na prática, eles exercem o que consideram como sendo cidadania.
7. Avaliação de como o jovem vê e considera a comunicação entre a juventude e o Parlamento.
8. Avaliação do grau de legitimidade dos representantes junto aos jovens.
9. Verificação das demandas presentes para o estabelecimento do diálogo entre o Parlamento e a juventude.
10. Averiguação, em poucas palavras, do significado da cidadania para os jovens.
11. Avaliação da contribuição do Projeto e seus resultados a partir da vivência, ainda que breve.
12. Avaliação da capacidade de mudança de visão que o Projeto trouxe para os participantes, no que diz respeito ao Poder Legislativo e à atividade parlamentar, e os efeitos que o Projeto opera com as informações prestadas.

Vê-se que os itens acima enfatizam elementos relevantes para que se verifique se o Projeto está cumprindo, ou não, seus objetivos em termos de construção da cidadania junto aos jovens participantes.

5.3 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Este trabalho inclui nove entrevistas realizadas com: Cláudia Lyra, ex-secretária-geral da Mesa e uma das principais incentivadoras do Projeto; Lucyana Vega, ex-coordenadora de eventos e uma das idealizadoras do Projeto; Juliana Guaracy Rebello, ex-diretora da Secretaria de Relações Públicas e também uma das idealizadoras do Projeto; servidora responsável pelos jovens durante a estada no Senado; servidor Paulo de Tarso, que tem uma visão oposta à daqueles que incentivam o projeto; senador da República Telmário da Costa, que faz algumas ressalvas ao projeto; Marcia Yamaguti, atual coordenadora de eventos da Secretaria de Relações Públicas; Andrea Valente, atual diretora da Secretaria de Relações Públicas; e ex-presidente da República José Sarney.

O objetivo das entrevistas foi avaliar o início do Projeto, as principais dificuldades e motivações, bem como a concepção original, os resultados e o seu legado. A alguns entrevistados foi perguntado sobre a validade dos movimentos sociais, quais as lacunas existentes e sugestões para o aprimoramento da iniciativa e da comunicação entre a juventude e o Parlamento brasileiro.

As entrevistas foram realizadas com as principais idealizadoras e incentivadoras do Projeto, as quais conseguiram tirá-lo do papel e torná-lo realidade. Essas pessoas puderam pontuar as dificuldades, o que pode ser agregado, o aprimoramento das parcerias, a contribuição, a trajetória e a sua expansão.

Além dessas, outras entrevistas foram realizadas com as atuais diretora e coordenadora da Secretaria de Relações Públicas e com servidora envolvida atualmente no Projeto. Elas falaram sobre o cumprimento do papel, a mudança de conceitos, os resultados obtidos de imediato e no longo prazo, a importância do projeto, que vai além do despertar nos jovens o desejo de concorrerem a cargos eletivos, as parcerias que podem ser aprimoradas, a contribuição para a construção da cidadania e o que estes jovens levam da experiência para suas vidas. Em outras palavras, em que nível se dá a contribuição para a mudança de conceitos, os resultados obtidos quanto à tomada de consciência da responsabilidade pessoal no processo coletivo e, finalmente, sobre o aprimoramento do Projeto.

Aos entrevistados foi perguntado sobre a concepção do Projeto, as dificuldades encontradas, o aprendizado que traz para os participantes, os objetivos propostos, sua trajetória e os resultados obtidos, próximos caminhos a serem trilhados, além das melhorias que podem ser feitas. Também foi abordada, junto aos senadores entrevistados, a validade dos movimentos sociais, sugestões para a aproximação do jovem e abertura de diálogo com o Poder Legislativo, a contribuição do projeto para mudança de conceitos como cidadania, participação política e legitimidade dos representantes.

Como dito anteriormente, a pesquisa também contou com depoimentos de pessoas que possuem opiniões divergentes aos efeitos do Projeto.

O objetivo de ouvir essas pessoas foi colher opiniões distintas e divergentes para tornar possível avaliar, com imparcialidade, o Projeto, sob o ponto de vista dos que acreditam nos seus resultados, dos que não acreditam e dos que acreditam, mas com ressalvas.

Também foram usados na análise depoimentos de jovens colhidos de matérias sobre juventude e participação política, bem como do senador Paulo Davim e da senadora Ana Rita, em matérias que falam sobre o Projeto Jovem Senador.

O objetivo de se mostrar esses depoimentos é complementar as impressões de outros jovens sobre a participação política e cidadania e averiguar, por um lado, o que motiva os jovens a exercerem sua cidadania e, por outro, o que pensam outros parlamentares envolvidos na iniciativa.

Finalmente, tem-se as entrevistas com o senador Telmário da Costa e com o ex-Presidente da República, José Sarney, liderança histórica no Senado Federal.

Os próximos capítulos tratarão dos dados obtidos na pesquisa mediante a aplicação do questionário e nas entrevistas e depoimentos, incluindo a análise tendo em vista avaliar a eficácia do Projeto, no sentido de consecução de seus objetivos relacionados à construção da cidadania.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM OS JOVENS

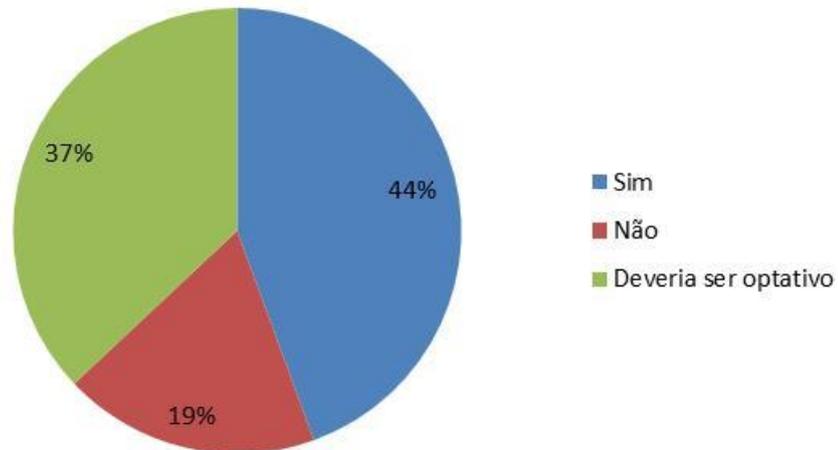
Neste capítulo, serão apresentados os gráficos que avaliam o perfil dos jovens e seu comportamento a partir da participação no Projeto.

Como referido anteriormente, foram distribuídos questionários nos últimos dois dias de realização do Projeto na versão de 2014, para os 27 estudantes, cada um representando um Estado da Federação e o Distrito Federal.

A aplicação desse questionário, feito com perguntas abertas e fechadas, além de obter dados sobre o perfil dos jovens, buscou avaliar seu comportamento a partir do estímulo provocado pelo Projeto Jovem Senador como ferramenta a serviço da construção da cidadania.

Os resultados apresentados a seguir observam a ordem das perguntas constantes no questionário.

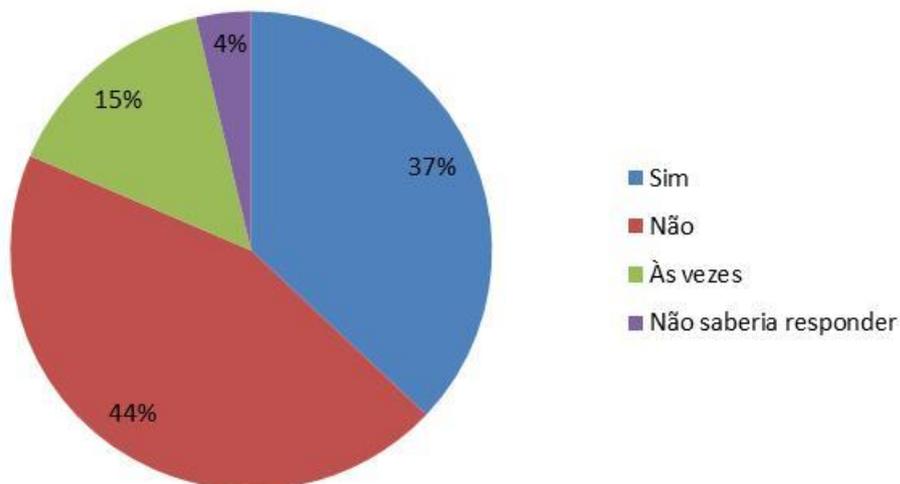
Figura 1 - Você considera importante votar nas eleições?



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 1, doze estudantes consideram importante votar nas eleições, cinco não o consideram e dez acham que o voto deveria ser optativo.

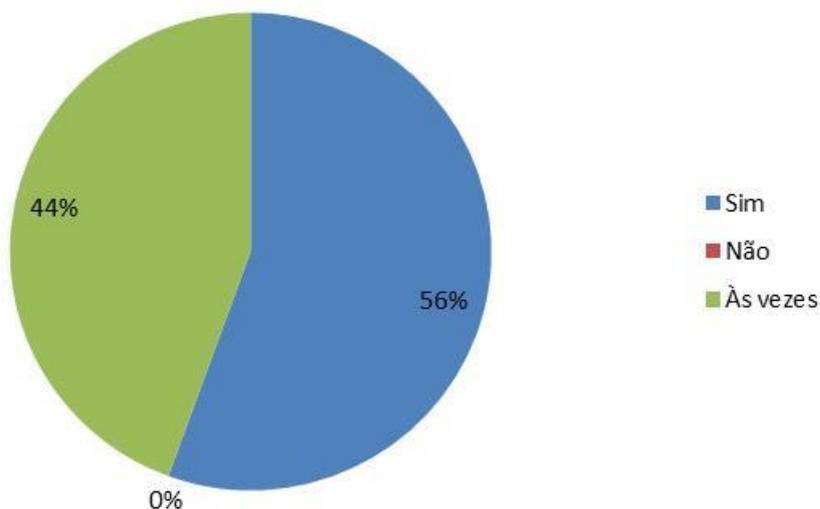
Figura 2 - Você contribui para melhorar a sua comunidade, seu bairro, seu ambiente estudantil?



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 2, dez respondentes declararam que contribuem de alguma forma, doze afirmam não contribuir, quatro afirmaram que eventualmente contribuem e um não respondeu.

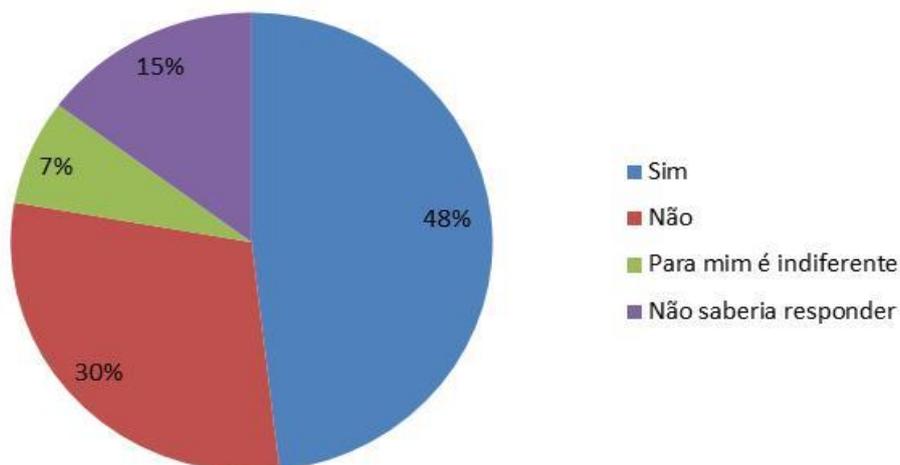
Figura 3 - Você respeita as regras comuns como faixa de pedestre, vagas exclusivas, filas preferenciais?



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 3, quinze estudantes afirmaram respeitar as regras de bem comum, nenhum afirmou não respeitar e doze disseram que às vezes respeitam.

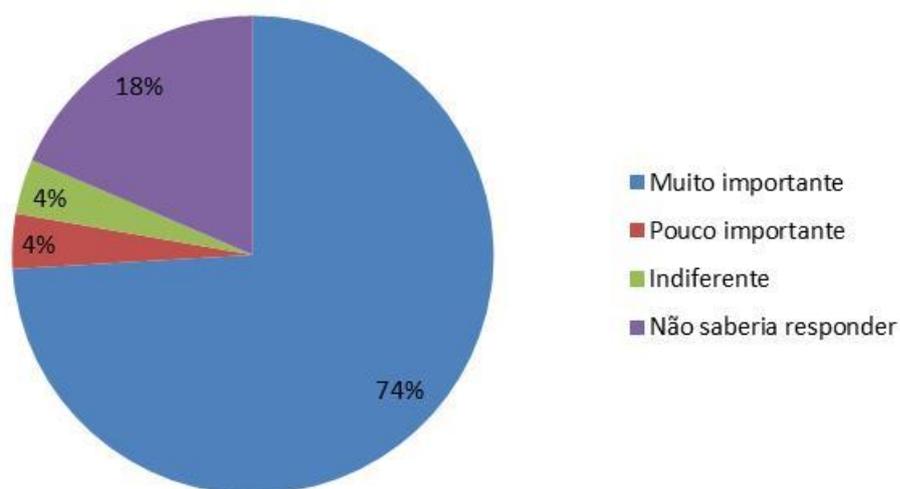
Figura 4 - Você considera importante participar de movimentos populares e sociais?



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 4, treze respondentes afirmaram considerar importante participar dos movimentos sociais e manifestações populares, oito afirmaram que não é importante, dois afirmaram ser indiferentes e quatro não responderam.

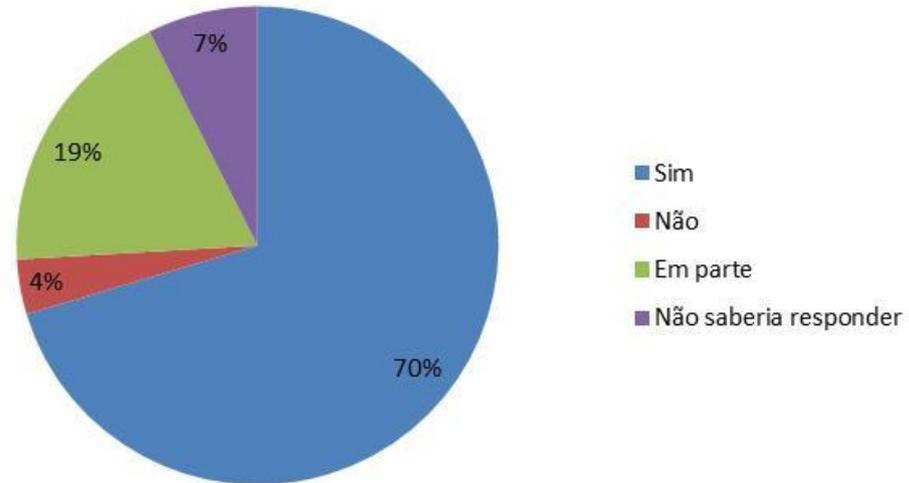
Figura 5 - Você considera o exercício da cidadania pressupondo-se como um postura cooperativa e de responsabilidade individual para o bem coletivo ...



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 5, vinte estudantes consideram o exercício da cidadania importante, um considera pouco importante, um disse ser indiferente e cinco não responderam.

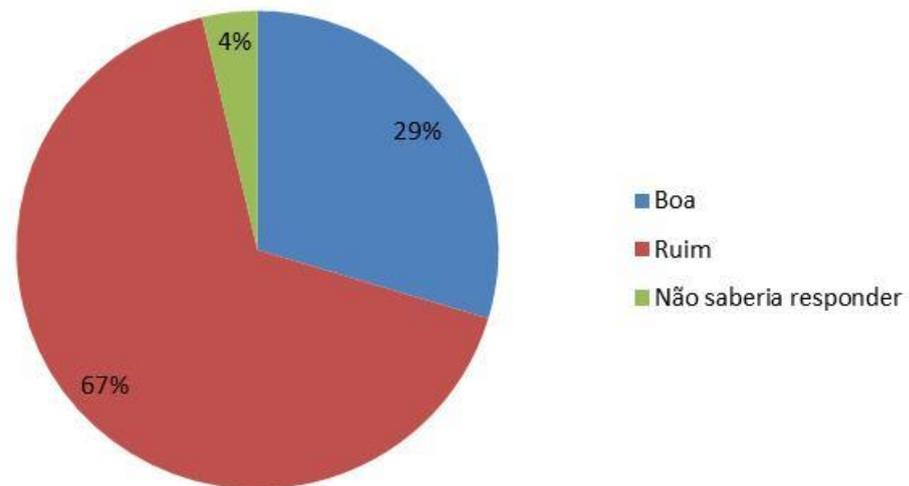
Figura 6 - Você sente-se um cidadão consciente?



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 6, dezenove respondentes afirmaram que se sentem cidadãos conscientes, um afirma não se considerar, cinco consideram-se parcialmente conscientes e dois não souberam responder.

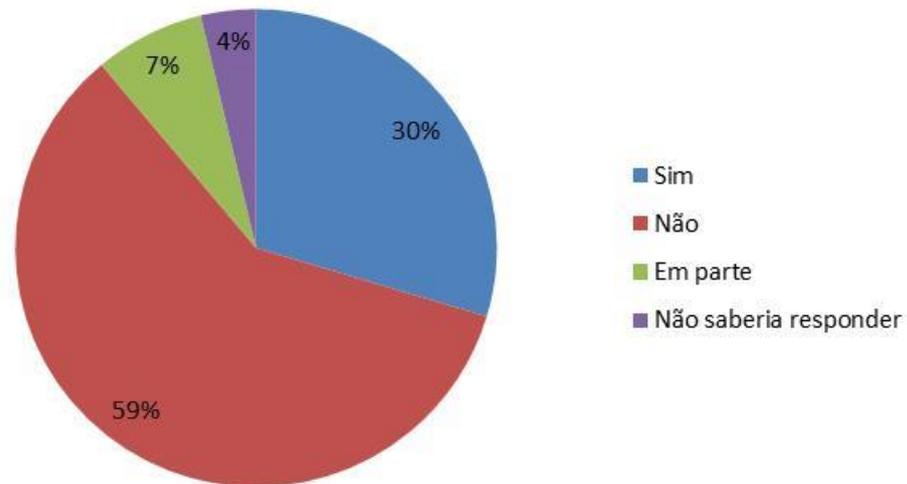
Figura 7 - Você considera a comunicação entre o parlamento e a juventude brasileira...



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 7, oito respondentes consideram boa a comunicação, dezoito a qualificam como ruim e um não soube responder.

Figura 8 - Você sente-se representado pelos parlamentares que representam o seu Estado?



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 8, que oito respondentes disseram que se sentem representados, dezesseis declararam que não se sentem, dois consideram-se parcialmente representados e um não soube responder.

A seguir, estão as expressões encontradas nas respostas dos 27 jovens entrevistados e que podem auxiliar na compreensão do seu comportamento. Foram grifadas aquelas consideradas mais relevantes para análise.

Se pudesse falar com um representante, o que você diria?

1. proporia veículos de comunicação que estabelecessem melhor interação entre os jovens e os parlamentares;
2. não falaria nada;
3. não saberia o que propor;
4. proporia a realização de mais participação e pesquisas de opinião;
5. pediria para disponibilizarem mais canais estratégicos que busquem relacionar-se e aproximar-se da juventude para ouvirem os jovens;
6. não saberia o que falar;
7. pediria incentivo de apoio ao jovem e sugeriria que utilizassem melhor a comunicação pública para que houvesse mais participação do jovem;
8. pediria para criar um canal, a nível nacional, para os jovens opinarem;

9. pediria a aproximação do governo com a juventude por meio de ações que promovessem o diálogo entre os jovens e os governantes;
10. pediria um canal de interação e contato direto e eficiente entre governo e juventude para um diálogo produtivo;
11. pediria um canal cultural para jovens e maior interação do governo para uma sociedade mais eficaz;
12. gostaria de pedir que eles ouvissem a população para melhor representá-la;
13. pediria atenção aos jovens, principalmente quanto à educação, dando incentivos e prêmios e para ampliar o concurso para acesso a mais participantes de cada Estado;
14. não saberia o que propor;
15. não sei o que poderia pedir;
16. pediria para abrir espaços para a participação da juventude no Parlamento e a renovação dos parlamentares mais velhos, abrindo espaço para os mais jovens além da retirada dos mecanismos que mantêm os primeiros;
17. pediria que pudesse haver diálogo e dessem ouvidos ao poder dos jovens e que eles se comportassem de forma ética e educada;
18. proporia mais projetos voltados para a juventude, levando os jovens a se interessarem e praticarem a cidadania concretamente, mais integração, mais projetos para os jovens;
19. não sei o que pediria;
20. não sei o que propor;
21. não sei o que dizer;
22. pediria que se abrisse uma porta de contato direto dos jovens com os parlamentares para que eles se interessassem mais por política;
23. pediria uma via de comunicação mais direta com os jovens para que eles pudessem esclarecer suas dúvidas e expor seus anseios e que a educação fosse vista como a maior proposta de um país promissor;
24. pediria a criação de mais empregos voltados para os estágios de qualificação;
25. pediria a criação de empregos para os jovens que se formam;
26. pediria que existisse a aproximação e abertura de espaço do parlamento com os jovens;
27. não saberia o que falar.

Defina em poucas palavras o que é cidadania?

1. dever e respeito;
2. regime de exercício dos direitos e deveres;

3. participação coletiva;
4. não sei definir;
5. consciência e respeito ao próximo;
6. é o exercício dos direitos e deveres do cidadão;
7. é pensar e agir em prol do interesse coletivo;
8. não saberia definir;
9. é educação;
10. são direitos e deveres;
11. é a participação popular consciente;
12. são os direitos e deveres da sociedade;
13. é o exercício dos direitos e deveres e respeito pelo outro;
14. consciência, comprometimento e respeito;
15. consciência do indivíduo para que ele participe de uma organização maior, a nação;
16. não soube definir;
17. nacionalismo, ética e união;
18. ação, atitude e participação;
19. humanidade é se colocar no lugar do outro;
20. companheirismo e coletividade;
21. é saber exercer seus direitos e cumprir seus deveres;
22. é responsabilidade e participação política;
23. respeito e direitos conscientes;
24. amor e igualdade;
25. comprometimento e ética;
26. não respondeu;
27. honestidade, responsabilidade e respeito.

Em sua opinião, qual a contribuição do Projeto?

1. não sei;
2. consciência do meu papel;
3. conhecer meus direitos e deveres e oportunidade de ver o que faz um senador;
4. formar opinião com relação aos fatos, decisões e ideias;
5. não saberia opinar;
6. despertar maior interesse de contribuir e efetiva participação, inteirar-se do que está acontecendo na política do país;

7. não saberia responder;
8. despertou maior interesse e efetiva participação e oportunidade de se ter contato com a legislação e a cidadania;
9. uma forma de investimento e incentivo à educação;
10. oportunidade de se aprender o que é ser cidadão e de integração de jovens sem categorização por classe, gênero e cor;
11. participação do jovem e oportunidade de discutir a política;
12. levar questões importantes ao conhecimento dos jovens, que os façam envolver-se no serviço da cidadania;
13. conscientização dos jovens da importância da participação, pois as estruturas políticas estão arcaicas e o jovem, a juventude quer participar;
14. ver de perto os parlamentares e conscientização do que eles fazem no Senado;
15. o cidadão brasileiro tem mania de não ler e tomar como verdade coisas que ouvem de terceiros. Oportunidade de participar das decisões do Senado e exemplo de como a educação pode ajudar;
16. promover a verdadeira educação e remodelar o pensamento sobre assuntos relacionados à cidadania e o bem do outro;
17. oportunidade de me expressar;
18. oportunidade de estabelecer relação de respeito com ação efetiva da cidadania;
19. não tenho opinião formada;
20. lembra a importância de valores como honestidade e cumprimento de deveres;
21. alerta sobre a juventude que precisa aprender a ser mais respeitosa;
22. caminho para entender que existe honra, respeito e honestidade;
23. oportunidade de desenvolver a consciência política dos jovens e de sentir que o outro é igual;
24. chance de ver que se pode ter uma vida digna e principalmente com educação de qualidade;
25. ver de perto o que é uma lei;
26. não quis opinar;
27. verificar o que é feito pelos senadores e também as dificuldades.

De que forma participar do Projeto Jovem Senador modificou sua visão sobre o trabalho de um parlamentar e o funcionamento do Poder Legislativo?

1. amplia minhas ideias de viver em grupo e sobre política;

2. reforça o fato de que existem indivíduos de boa vontade;
3. não alterou em nada os valores que eu já tinha;
4. induz ao resgate de valores;
5. não quis opinar;
6. modifiquei totalmente os meus conceitos sobre as leis;
7. a programação do Dia da Bandeira emocionou-me e me fez olhar com carinho para o meu país;
8. sinto-me totalmente diferente;
9. o projeto abre caminhos, mas também a visão sobre o que um senador faz e como é difícil viver em sociedade;
10. a minha visão agora é outra, pois vivenciando e praticando o que vive um senador, como jovem senadora vejo o quanto é importante viver em sociedade;
11. vejo o que é essencial para a construção de uma sociedade melhor;
12. não respondeu;
13. ver de fato o que é feito no parlamento;
14. um novo modo de ver política;
15. não sei ainda;
16. aprendi que todos nós, jovens ou não, podemos usufruir, participar de decisões que são tomadas no país;
17. em tudo, pois minha visão ampliou e meus conceitos remodelaram-se;
18. a experiência me fez ter uma visão mais clara da realidade daqui e confirmar a importância do trabalho dos senadores;
19. consciência para a contribuição de melhor viver em comunidade e na sociedade como um todo;
20. vou passar a lutar pelos meus direitos É uma oportunidade única e inesquecível e a possibilidade de propor projetos voltados para a educação dos jovens;
21. não sabia que um senador trabalhava tanto;
22. estou mais sensível quanto à vida e agora sei da importância de lutar por melhorias comuns;
23. não respondeu;
24. mudou minha concepção e minha forma de ver o Senado e as leis;
25. não respondeu;
26. outros horizontes, formação ética e principalmente política em várias visões do Brasil;

27. serviu para ampliar minha visão sobre política e o real conhecimento do que acontece no Senado. Determinante também para escolhas mais conscientes dos meus representantes e para tornar mais forte a democracia.

O que pode ser concluído, com base nas expressões mais presentes, é que a experiência torna possível o contato com conceitos como direitos e deveres e respeito às normas que regem o bem da coletividade e o esclarecimento do papel do Poder Legislativo e do trabalho parlamentar.

No próximo capítulo, abordam-se as respostas das entrevistas aplicadas e os depoimentos sobre o Projeto Jovem Senador.

7 ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

Em face da limitação de tempo imposta à realização desta monografia, seria inviável uma coleta de dados mais ampla. Destarte, não foi feita uma pesquisa mais abrangente com todos os servidores do Senado. Cabe, portanto, registrar que o conteúdo exposto a seguir reflete a percepção dos servidores e parlamentares ouvidos na pesquisa.

Na sequência, foram incluídos os trechos mais relevantes das entrevistas aplicadas e de depoimentos selecionados. Como anteriormente explicitado, o objetivo de ouvir opiniões distintas e divergentes foi acolher outras visões, além da posição dos gestores e políticos que incentivam o Projeto, bem como vislumbrar possibilidades e caminhos para seu possível aperfeiçoamento.

7.1 TRECHOS SELECIONADOS

Destacam-se, inicialmente, trechos da entrevista realizada com Claudia Lyra (2015).

1. A ideia inicial do Projeto e o apoio dos senadores Paulo Paim e Otávio Cintra

Desde 1995, eu estava ainda como diretora-adjunta da Secretaria-Geral da Mesa, quando fiz uma viagem ao Parlamento português e tive contato com um projeto semelhante. Lá eles tinham um projeto de trabalho com jovens também e naquela época eu propus, mas não foi à frente. Coincidentemente, em 2008, quando assumi a titularidade da Secretaria-geral da Mesa, a Lucyana e a Juliana vieram e propuseram o Projeto. Conversamos e vimos que, sozinhas, teríamos dificuldades de avançar sem a parceria de um senador. Foi quando procuramos o senador Paulo Paim, que se mostrou interessado em apoiar o projeto, já que ele próprio tinha um projeto que previa um trabalho com a juventude. Então, foi apresentado um substitutivo, do senador Otávio Cintra, ao projeto que podemos chamar de “carro-chefe”, de autoria do senador Paulo Paim. E foi assim que o projeto foi aprovado em plenário como uma contribuição, com o objetivo de mobilizar a juventude, as escolas, sobre aspectos importantes da vida política e evocar novas vocações de jovens que pensem no bem comum.

2. Sobre o que pode ser feito para a ampliação do Projeto

A vontade política das Secretarias Estaduais para que haja uma adesão maior das escolas convidadas a participar. Hoje, esta adesão ainda é considerada baixa. 19 mil escolas ainda é uma baixa adesão. Precisamos do apoio das Secretarias Estaduais para mobilizar a imensidão brasileira.

3. As parcerias necessárias e o apoio dos senadores nos escritórios estaduais

Um grande passo que foi dado foi proposto exatamente por uma das jovens senadoras que modificou a resolução e ampliou a participação dos jovens no projeto. Acho que outro grande passo será dado quando as Secretarias Estaduais se mobilizarem e participarem mais. Entre os jovens, a participação é grande. Eles se entusiasma e ficam empolgados por verem a realidade da vida política de seu país. Considero importante também mobilizar a participação dos senadores, especialmente nos escritórios políticos estaduais, que apoiariam no sentido de incentivar a juventude a participar do projeto.

4. Sobre a participação da juventude

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar esses jovens e as escolas que participam do Projeto e dizer que vale a pena o empenho, eleva o nosso país, peço que insistam, que não desistam jamais, que acreditem que essa participação é o único caminho para a construção da cidadania.

A seguir, trechos da entrevista feita com Juliana Guaracy Rebello (2015), diretora da Secretaria de Relações Públicas na época da concepção do Projeto.

1. A criação do Projeto, o apoio dos Conselhos Estaduais de Educação e o vídeo do senador Efraim Moraes, primeiro-secretário à época do lançamento do Projeto

Eu era a diretora das Relações Públicas quando da criação do 1º *Projeto Jovem Senador*. Começou pela vontade de fazer um projeto com estudantes, envolvendo jovens, mas não sabíamos a princípio como operacionalizar o projeto. Foi quando a Lucyana pesquisou outros concursos e sugeriu a inclusão dos Conselhos Estaduais de Educação – Consed, como parceiros. Ela descobriu que o Conselho ia se reunir em Rondônia naquele mês. Começamos a desenvolver o projeto, estudamos e fizemos o projeto que envolveria os Conselhos, que seriam como “pontes” com as Secretarias Estaduais de Educação. Fui até Porto Velho, fizemos as 27 pastas para todas as Secretarias, mas as pastas não chegaram e eu participei da reunião sem nenhum material para apresentar, apenas um vídeo do senador Efraim Moraes, primeiro-secretário à época, que falava do Projeto, e eles aderiram à parceria e se mostraram interessados em nos ajudar. Feita a parceria com o Consed, fomos em busca do apoio do Ministério da Educação – MEC e da União Nacional do Ensino Municipal – Unid, já que, como Casa que representa os estados da federação, tínhamos o envolvimento das escolas públicas estaduais.

2. A contribuição do Projeto

Colocar jovens, sem distinção de gênero ou raça, em contato direto com a estrutura do parlamento e informar a esses jovens a responsabilidade deles na estrutura do Congresso. O projeto viabiliza esse contato quando coloca esses estudantes em contato com o funcionamento de uma Comissão, abre a possibilidade de propor leis, dando a estes jovens estudantes o poder de transformar as regras da sociedade em que vivem e que, até pouco tempo, tinha uma participação muito mais passiva e menos participativa.

3. Um pouco da trajetória do Projeto, sua legitimidade e evolução

Em 2008, foi a primeira edição do projeto que era, inicialmente, um concurso de redação para seleção das 27 melhores redações, uma de cada estado da federação e do Distrito Federal, e os finalistas participavam da cerimônia de hasteamento da bandeira nacional, no Dia da Bandeira. Mas sempre alimentávamos o sonho de simulação do Senado para os Estados. A Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra, também tinha vontade, mas não via muito como viabilizar por não saber o critério mais justo para selecionar os estudantes, além da necessidade de envolver um senador para dar legitimidade ao projeto. Foi quando um belo dia, eu tava tomando banho e foi assim tipo Eureka! Podemos aproveitar o concurso de redação como critério de participação dos jovens senadores que, além de participarem da cerimônia do Dia da Bandeira, participariam também da simulação de um mandato de senador por uma semana.

4. Objetivos que são atingidos: mudanças de atitudes e de valores

Esperamos que esses jovens participem da vida política do nosso país. O Projeto torna possível esse contato, ao colocar esses jovens estudantes aqui dentro, durante

uma semana, vivendo a rotina de um senador, propondo ideias que saem do papel e se transformam em anseios que podem se tornar realidade. As mudanças só virão com atitudes. Há uma mudança de postura e esses jovens brasileiros passam de fato a vislumbrar um lugar na vida política brasileira, como o caso de um dos participantes que se candidatou a vereador na sua cidade.

Em seguida, trechos da entrevista com servidora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal (2015) responsável pelo acompanhamento dos jovens senadores durante a estada no Senado.

1. Sobre o cumprimento do papel do Projeto

O Projeto cumpre o papel, não na integralidade, mas aos poucos consegue atingir jovens estudantes de localidades as mais longínquas, escolas da zona rural, escolas de difícil acesso, então, temos essa capilaridade e conseguimos aos poucos chegar e atingir estes jovens.

2. Sobre a mudança de visão a respeito dos representantes em função das diferenças regionais e das dificuldades na aprovação de matérias legislativas

A iniciativa consegue mudar a visão desses jovens na medida em que a maioria chega sem a menor noção do quanto um parlamentar trabalha, das dificuldades para se propor uma lei e aprová-la, enfim, aqui ele tem a oportunidade de perceber as dificuldades de fazer emplacar uma ideia, por melhor que ela seja. Eles podem perceber, pela própria dificuldade geográfica, que o que é bom para uma região não é necessariamente bom para outra. Um exemplo disso foi a proposta de um dos estudantes que queria propor o passe livre para estudantes em coletivos. Acontece que no estado do Amazonas, por exemplo, não são utilizados coletivos no transporte público, mas embarcações. Então, as próprias diferenças regionais são um dos obstáculos para o entendimento entre os parlamentares.

3. O despertar de novas possibilidades

Como cidadãos em crescimento, de culturas tão diferentes, eles conseguem despertar o sentido de poder fazer diferente no seu estado e saem daqui imbuídos por um sentimento de buscar outras possibilidades, afinal são estudantes muito carentes que nunca saíram do seu estado.

4. O nascimento de novas lideranças e a percepção de que a mudança começa neles próprios

Mais do que vivenciar a vida parlamentar, a troca de experiências entre jovens estudantes de diferentes regiões é fundamental para entender as dificuldades do nosso país. Só para registrar, um estudante do Rio Grande do Norte acabou se destacando no seu local de trabalho, outro jovem também do Rio Grande do Norte está sendo cogitado para se lançar como vereador na sua cidade e outro jovem do Rio Grande do Sul é líder estudantil do PSDB Jovem. Enfim, de uma forma ou de outra, eles saem daqui com uma nova postura frente à vida de uma maneira geral. Eles despertam e se sentem motivados a correrem atrás por acreditarem que é possível a mudança a partir deles próprios.

5. As conquistas alcançadas e a meta de inclusão do Projeto no calendário oficial de concursos do Ministério da Educação

São muitas as conquistas, mas ainda temos um grande trabalho pela frente. As parcerias cresceram, mas ainda temos muito que alcançar. Entretanto, dentro das nossas limitações, temos conseguido grandes vitórias, uma delas é o *site* do Projeto

pelo qual as pessoas podem ter acesso a todas as informações e de como participar do concurso: www.senado.gov.br/jovensenador e <http://bit.ly/jovenssenadores>. Somos muito acolhedores, abraçamos a causa e isso faz a diferença. Muitos fazem a redação não para serem políticos, mas pela premiação e por voltarem para os seus estados como verdadeiros heróis. Entretanto, concorreremos com outros concursos obrigatórios e ainda não fazemos parte do calendário escolar. De qualquer forma, é muito gratificante saber que esses jovens saem daqui com o sentimento de que eles podem fazer a diferença na medida em que se tornem engajados e conscientes sobre temas importantes do seu dia a dia.

Abaixo, trechos da entrevista realizada com a idealizadora do Projeto, Lucyana Maria de Araújo Vega (2015), coordenadora de eventos na época da implementação do Projeto.

1. Sobre a idealização do Projeto

O Projeto surgiu a partir de uma efeméride cívica, o Dia da Bandeira. Na época, o Senado trazia cerca de 500 alunos de escolas públicas para participar do evento. Daí, surgiu a ideia de ampliar a mobilização dos jovens que vinham e que, até aquele momento, eram só do GDF. Surgiu, então, a ideia de fazer um concurso de redação e selecionar um aluno por estado, como resposta ao questionamento de por que trazermos cidadãos em construção apenas do GDF? Fomos até o MEC e conseguimos os contatos do Consed – Conselho de Educação, e eles disseram que poderiam fazer esta parceria e nos ajudariam, já que teríamos que selecionar apenas uma redação por estado.

2. Conquistas incontáveis, uma árvore que cresce e dá frutos

Foram tantas as conquistas que não consigo me pautar nas dificuldades, mas nas parcerias que foram fundamentais para a realização do projeto. Foi fundamental o apoio dos colegas, como o dado pela Clarissa Coelho, colega das Relações Públicas, na montagem dos três mil *kits* que iam para as escolas municipais, e a disponibilidade da Juliana Guaracy Rebello, diretora da Secretaria de Relações Públicas na época, que deram grande apoio ao Projeto desde o início. Juntas, fomos ao Armando Rollemberg, então diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado, para obter o apoio, e que se tornou o facilitador, porque acreditou no projeto e apoiou a RP. O novo cria resistência.

As maiores dificuldades foram com relação a alguns colegas que não acreditavam no Projeto num primeiro momento, afinal, eram três mil *kits* que deveriam ser montados e despachados para as escolas municipais para a seleção de apenas uma redação por estado. Então, tínhamos que fazer alguns cortes: que seriam alunos que estavam cursando as 7ª e 8ª séries, escolas públicas, já que raramente esses alunos teriam a oportunidade de vir a Brasília. O maior desafio era a coordenação de eventos, que não para, e a construção do edital partindo do zero. Eu estava com um bebê em casa, Luis Mateus tinha acabado de nascer, e tinha dias que eu saía da gráfica de madrugada e voltava para amamentar. O apoio do Otonivan da gráfica foi também fundamental. O nosso objetivo era de que o Senado Federal chegasse mais perto da vida desses jovens, mas como fazer isso? Outros colegas que encamparam o projeto e foram fundamentais, como a Érika Trezzi na elaboração do Edital, e também da Maitê, da Supres, que nos ajudou na concepção da marca do projeto. Prá fazer acontecer ele tinha que nascer. E ela me perguntou o que eu queria com o projeto? Queria um projeto que nascesse, crescesse e andasse por si só e desse muitos frutos. Daí surgiu a imagem da árvore como símbolo do Projeto, a logo, a identidade daquilo que dá frutos. Cláudia Lyra foi determinante também para a concretização do Projeto. A Câmara dos Deputados já tinha o parlamento jovem e em Portugal havia um projeto parecido. E daí pensamos: já que trazemos 27 alunos pelo concurso de redação, por que não somarmos o concurso de redação ao Jovem Senador?

3. O Projeto como despertar da responsabilidade como cidadão e do valor institucional do Senado Federal

É uma oportunidade de resgate dos valores cívicos, do significado da Bandeira do Brasil, que as gerações mais antigas tinham e que as novas gerações perderam ao longo dos anos. O sentido do hasteamento da bandeira como sendo muito mais que um pedaço de pano. E a maior delas é mostrar que o Senado Federal é uma instituição séria, é despertar no jovem a consciência da sua responsabilidade como eleitor, como cidadão e como agente multiplicador, já que os jovens são o futuro da nossa Pátria.

4. Os próximos passos na caminhada

Os desafios são imensos e aproveito para agradecer as parcerias com o Exército, Marinha e Aeronáutica, ao Gabriel e ao Nilson, contínuos que faziam o transporte dos carrinhos de processo abarrotados de *kits*, ao Marcelo Brandão, aos Conselhos dos Secretários de Educação, ao Alan Silva, sempre me incentivando. Eu não me lembro das dificuldades, mas das pessoas que nos ajudaram. O grande desafio daqui pra frente acho que seria sair da zona de conforto. Por que não 54? Por que não 81? Por que não ampliar para as escolas particulares? Por que não 27 alunos de escolas públicas e 27 de escolas privadas e o intercâmbio de ideias nas diferenças entre as formações de diferentes cidadãos? É mais trabalho? Sim, certamente que é, mas a satisfação dos resultados é proporcional também.

5. A contribuição do Projeto

A consciência por parte desses jovens de que todos nós somos responsáveis por nossas escolhas, eu, você, todos somos capazes de fazer acontecer. Levar este aprendizado para outros jovens. Despertar nos jovens a responsabilidade de que ser cidadão é uma soma do cidadão social, político, na família, na escola, e que cidadania é um estado de ser em qualquer lugar que estejamos e que podemos fazer a diferença. E que é nas diferenças que se faz um cidadão. Se tomarmos com as mãos a ideia de que nós somos responsáveis por nosso presente e futuro, vamos deixar de chorar pelo que nos foi roubado no passado. Se individualmente fizermos a nossa parte, no coletivo estaremos somando. As ações que envolvem este Projeto não se limitam aos efeitos imediatos provocados, mas nos resultados duradouros e alcançados a longo prazo, por seu caráter multiplicador, através do qual estes jovens, potenciais formadores de opinião, poderão propagar a experiência e a nova postura no seu ambiente estudantil, profissional e familiar, potencializando seus efeitos como sementes que poderão frutificar e dar mais sementes, que, por sua vez, darão mais frutos, como uma árvore frondosa, conforme sugere a logo do Projeto.

A seguir, os principais trechos da entrevista feita com o colega Paulo de Tarso (2014), servidor do Senado Federal, e os motivos pelos quais ele não acredita no Projeto.

1. A falta de fé na participação dos que querem mudanças

Com certeza a minha opinião é diferente da maioria das pessoas, já que eu sigo uma linha de raciocínio, tenho uma visão, oposta à maioria das pessoas, baseada em estudos e em conhecimentos teóricos, em bases teóricas e fatos históricos que me levam a crer que existe, na verdade, uma manipulação das massas e um grande maniqueísmo entre direita e esquerda, que tem como objetivo apenas a manipulação das massas. Se analisarmos o processo histórico, vamos observar que por trás desse processo de manipulação das massas está uma estrutura antiga que dá a impressão de uma suposta esquerda e direita e de desejo de mudança, mas que na verdade é uma grande “brincadeira.” Os movimentos sociais não podem ser levados a sério já que tudo é manipulado.

2. A descrença no Projeto

Ele pouco ou nada pode fazer. O cidadão consciente é justamente o que manipula e enriquece esse processo dialético. Além do que, as urnas eletrônicas são também manipuladas. Se observarmos com cuidado, veremos que é sempre a velha política com uma nova roupagem. Não há nada de novo na iniciativa. Tudo o que for proposto só servirá para fazer uma maquiagem. O Projeto, as ações do governo, a sociedade civil⁸, tudo é um processo que se retroalimenta e que não se cumpre o que se promete, tudo é manipulado e podemos nos perguntar: será que eles querem de fato jovens na política? Ou uma nova Roma? Os próprios movimentos sociais, alguns são patrocinados e, portanto, manipulados. Não acredito no efeito de mudança do Projeto.

3. O resgate dos valores éticos como solução

Só existe uma alternativa: o resgate dos valores éticos. Basta ler a Bíblia: está tudo lá! O destino está selado. Se a ética cristã continuar a ser preterida, não há caminhos nem salvação. De nada adianta ações como esta. Apenas o retorno da inclusão na grade escolar do estudo da ética, filosofia e da moral pode salvar a juventude e o nosso país. Mas que ética? A dos helênicos? Não! A ética que deve ser resgatada nas escolas é a ética cristã.

4. A inclusão da ética no Plano Nacional de Educação

Eu creio que existe uma alternativa: talvez fosse o caso de propor que o Plano Nacional de Educação previsse o estudo da ética cristã e filosofia. Lamentavelmente, nos programas de ensino o “Dono do Mundo” não consta. Se a ética cristã estiver presente nas escolas ela estará presente nos jovens e também no parlamento pautado nos princípios de respeito ao próximo. A ética cristã ensinada aos jovens, e aí sim podemos pensar na juventude daqui prá frente! E eu finalizaria citando Mateus 5: Vós sois a luz do mundo. Uma cidade edificada sobre um monte não pode ser escondida. Igualmente não se acende uma candeia para colocá-la debaixo de um cesto. Ao contrário, coloca-se no velador e, assim, ilumina a todos os que estão na casa. Assim, deixai a vossa luz resplandecer diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai que está nos céus. A Lei se cumpre em Cristo.

Dando continuidade, destacam-se trechos da entrevista com o senador Telmário Costa (2015), a respeito do tema.

1. A nova ordem democrática

Os movimentos populares são fundamentais e um sinal de que a sociedade se move por mudanças. Significa dizer também que eleger representantes já não basta e que os eleitos têm que estar atentos aos movimentos das ruas que, em outras palavras, são o clamor por políticas públicas que se voltam para a sociedade.⁹

2. As dificuldades na aprovação de matérias legislativas

O Projeto tem um papel transformador uma vez que, na prática, ele integra o jovem à realidade parlamentar. A sociedade elege os seus representantes, mas desconhece as funções do parlamentar. A iniciativa serve para aproximar o jovem e fazer com

⁸ A sociedade civil nasce em decorrência da organização introduzida pelo Estado e das leis pelas quais se materializa a contratualidade contra a desordem de estado de natureza (BOBBIO, 1988).

⁹ A sociedade pressupõe associação humana, impõe obrigações sociais aos indivíduos, proporcionando um quadro de referência externa para o indivíduo, vinculando-o socialmente e envolve altruísmo (DURKHEIM, 1966).

que ele conheça as dificuldades que enfrentamos para aprovação de matérias de interesse tão distintos da sociedade e prepara o jovem para votar.

3. Não só direitos, mas também deveres

O respeito à democracia e à política limpa a serviço da sociedade, propondo políticas públicas voltadas para as necessidades da população. Por isso, a importância do jovem estar cada vez mais próximo do cenário político. Jovens conscientes e que respeitam a faixa de pedestre, a fila preferencial nos bancos e nos supermercados, a vaga do idoso e do deficiente físico, ou seja, cidadãos conscientes de seus direitos, mas também dos seus deveres e obrigações, jovens que respeitam as regras de bem viver sem o jeitinho brasileiro, tão conhecido pelas famílias brasileiras. Uma semana é muito pouco. Cidadãos são formados desde o berço, é um aprendizado que vem da própria família. E enquanto não houver uma mudança de postura não só dos jovens, mas da sociedade de uma forma geral, não vamos caminhar.

4. Cidadania vem da família e se tivermos jovens éticos teremos a sociedade e parlamentares éticos

Os jovens devem ter em mente que a política é um bem, ela quebra barreiras e ameniza diferenças. Que cidadania é uma aprendizagem de uma vida e que vem da família. É uma mudança de postura. Não só a classe política deve mudar, mas toda a sociedade, pois se tivermos jovens mais éticos teremos toda a sociedade, incluindo a classe política, com uma postura também ética.

Na sequência, trechos da entrevista com Márcia Yamaguti (2015), atual coordenadora de eventos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

1. O papel do Poder Legislativo, a produção das leis e reflexão sobre cidadania

“É um dos projetos mais importantes da RP e foi criado com o objetivo principal de ensinar e divulgar o papel institucional do Poder Legislativo, em especial do Senado Federal, na produção das leis e na reflexão da cidadania.”

2. Quebra de paradigma, protagonismo e proposição de leis

Eles saem com outra consciência, há uma quebra de paradigma. Com este Projeto, alcançamos aqueles estudantes, entre 16 e 19 anos, futuros formadores de opinião. Eles têm a oportunidade de serem protagonistas, durante uma semana, e inclusive propõem leis, algumas em tramitação, que ainda não viraram leis, mas que podem vir a fazer parte da nossa legislação.

3. Plantar sementes e a força transformadora do Poder Legislativo

Colocar jovens carentes e mudar o referencial desses jovens é um dos nossos objetivos. Um ano, tivemos uma jovem do interior de Pernambuco, cerca de 400 km da capital, e que no último dia ela me falou que saia daqui com esperanças para mudar a sua vida, a sua cidade, e quem sabe, o seu estado. Plantamos sementes. Alguns saem daqui transformados. No caso desta estudante pernambucana, ela aprendeu a força da transformação que o Poder Legislativo possui.

4. A consciência de que os jovens podem fazer a diferença onde vivem

“Mais que isso, que eles tenham um objetivo maior, uma visão mais clara do que podem individualmente fazer. Alguns se superam e vemos que saem da experiência com a consciência de poder fazer a diferença onde vivem.”

5. O aumento do percentual de participação das escolas

O projeto ainda é muito novo, são oito anos do concurso de redação e apenas cinco como Jovem Senador. A cada ano temos aprimorado, mas ainda é preciso se consolidar para que crie musculatura. O nosso universo são vinte mil escolas participantes e a cada ano aumentamos o percentual de participação das escolas. Não temos uma visibilidade nacional e contamos com o efeito multiplicador e com as sementes que dão frutos. Todos os anos, avaliamos as dificuldades e de um ano para outro fortalecemos as parcerias. Mas ainda temos muito a caminhar. Para isso, temos que conseguir uma divulgação maior do Projeto, potencializar o seu alcance, fazer mais e mais parcerias. Não temos verbas. Contamos com o apoio da Casa, especialmente da Diretoria-Geral (Deger) e da Secretaria Geral da Mesa (SGM), mas internamente, temos que trabalhar a divulgação junto aos senadores para termos o apoio deles nos estados. Se cada senador tiver consciência do Projeto e se tornar multiplicador, como os estudantes, daremos um salto. Temos muito a crescer e um caminho a ser percorrido. Colocá-lo no calendário oficial será outro salto em direção às metas do Projeto. Temos várias propostas.

6. Adubar a árvore para que ela dê mais frutos

Se for incluído no calendário oficial, se passarmos a contar com o apoio dos senadores, se conseguirmos mais parcerias, será um grande ganho. Hoje, a realidade são 27 jovens, mas sonhamos com 81, 3 por estado. Entretanto, antes, precisamos aprimorar o Projeto, adubar a árvore para que essa árvore dê frutos.

7. Oportunidade transformadora de valores a um baixo custo

Uma maior consciência política, de cidadania, no sentido que eu sou eu e se eu fizer a diferença e fizer a minha parte eu posso fazer a diferença onde moro e consigo atingir algo maior. É sem dúvida uma oportunidade transformadora de valores a custos muito baixos se comparados a outros programas similares.

A seguir, os principais trechos da entrevista com Andrea Valente (2015), atual diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

1. A evolução do Projeto e o concurso de redação como pré-requisito

No início era apenas um concurso de redação e com a Resolução de 2010 o concurso se tornou um pré-requisito para participar do Projeto. Então, já houve uma evolução, antes era só um concurso de redação e hoje eles apresentam propostas que podem vir a se tornar leis, eles atuam como se fossem parlamentares. As parcerias mostram que o projeto está se consolidando, mas ainda é muito novo. Atualmente, não só os estudantes se interessam, mas também os professores. O percentual de adesão das escolas está entre 8% e 10%, é baixo, mas se comparados a outros projetos similares, como o dos Correios, a adesão é entre 10% e 12%.

2. Resultados duradouros e de longo prazo

Acredito que nem todos mudam seus conceitos apenas com a experiência, afinal, uma semana é pouco tempo. Então, não podemos dizer que seja massivo, mesmo porque é um estudante de cada estado. Mas se considerarmos que se trata de uma ação cujos objetivos pretendidos buscam resultados mais duradouros e de longo

prazo e que demandam um tempo maior ela se torna efetiva. Em função deles se tornarem formadores de opinião em municípios muito pequenos.

3. Novas parcerias

É um projeto que lida diretamente com o público e, portanto, a ação é fortalecida por este contato direto. Cada ano ampliamos as parcerias e conseguimos que o ILB oferecesse cursos para os professores. A utilização das redes sociais também tem contribuído para ampliar o número de participantes.

4. Multiplicadores de opinião e novas lideranças locais

Estes jovens se tornam referência nos lugares onde vivem. Um jovem de Rondônia foi convidado a falar para outros estudantes sobre a vivência no parlamento. Observamos, também, que a participação nas comunidades aumenta consideravelmente, todos estão cursando a Universidade e se tornam multiplicadores de opinião. Então, se o objetivo é aumentar a participação política desses jovens, isso nós conseguimos.

5. A interferência na formação da opinião dos jovens

Afirmar que ele atende a todas as expectativas eu não posso afirmar. No resultado final ele atinge os objetivos, mas a longo prazo. Ele pode se tornar e está no caminho dos resultados pretendidos. Até porque depende da métrica utilizada para considerá-lo ou não eficaz. Qual seria a métrica? A participação de 50% das escolas? Ou modificar a mentalidade desses jovens? Sabemos que uma semana é pouco, mas se a métrica for chegar a estes estudantes e de alguma forma interferir na formação da opinião desses jovens, acredito que sim, que estamos no caminho certo.

6. A infraestrutura necessária e o apoio dos parlamentares nos estados

Este projeto demanda infraestrutura e quando terminamos um já começamos o seguinte. Precisamos aprimorar os procedimentos e a divulgação dirigida com a ajuda dos parlamentares nos seus Estados. Hoje contamos com o apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas precisamos que eles incluam o Projeto no calendário oficial. Se ele entra no calendário, as Secretarias de Educação irão se empenhar mais e mais.

7. A elaboração das leis, os interesses diversos e o trabalho de conciliação na aprovação das propostas

Eles aqui passam a entender que existe um trabalho árduo, de entendimento e que um representante pode trazer uma proposta que interessa à sua localidade, mas que um outro pode trazer outra proposta que não seja do seu interesse e isso é política. Que as leis devem atender interesses diversos e conciliar tantas diversidades num país grande como o nosso. Isso esses jovens levam para as vidas deles. E isso só é possível porque a eles é dada a oportunidade de se colocarem literalmente no lugar do parlamentar e verem as dificuldades.

8. Oportunidade de se expressarem com responsabilidade e de colocarem suas necessidades

Esperamos que esses jovens aproveitem e que tirem o máximo de proveito dessa experiência, que tragam contribuições e críticas para que possamos estar mais próximos deles e que nos incomodem, pois é assim que se muda para melhor. Participar do projeto é uma oportunidade de se expressar, então, se expressem com responsabilidade, mas se expressem utilizando os vários instrumentos que existem, entre os quais este. O país, o futuro, é deles, e cabe a eles colocarem suas

esperanças. Cabe a eles trazer o que consideram importante e legítimo discutir e levar à frente uma ideia e as necessidades, afinal, necessidades são feitas para serem ditas.

Na sequência, os principais trechos de depoimentos sobre o Projeto que constam de matéria publicada na página oficial do senador Paulo Paim, na *Internet*, pelo jornalista Márcio Maturana, no dia 30 de julho de 2013.

1. Sobre as propostas apresentadas pelos jovens senadores

“Das 27 propostas apresentadas pelos jovens senadores, 16 viraram projetos de lei em tramitação na Comissão de Direitos Humanos ou seguiram para outras comissões referentes ao assunto abordado e podem transformar-se em futuras leis.”

2. A pertinência dos projetos apresentados

“Segundo a senadora Ana Rita, presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 2013, os projetos dos jovens senadores raramente são rejeitados, porque são pertinentes.”

3. Consciência sobre o trabalho legislativo e a juventude, pautando o que é melhor para o Brasil

Já para o senador Paulo Davim, que foi presidente da Comissão do Projeto em 2013, o Projeto ajuda a criar uma consciência sobre a importância das discussões nacionais e do trabalho legislativo. E acrescenta, quando a sociedade vai às ruas e determina a pauta do Legislativo, não pega o Senado de surpresa. O *Projeto Jovem Senador* é uma prova de que já temos esse foco, já buscamos a participação da juventude nos debates para melhorar o Brasil.

4. Participação salutar da juventude para a democracia

Ainda nas palavras do senador Paulo Davim, as manifestações são legítimas e democráticas, mas é preciso ter em mente que elas não substituem as instituições. E acrescenta: o anseio da juventude de participar da dinâmica da política do país é salutar para a própria juventude, para a política e para a democracia.

Finalmente, trechos da entrevista com o ex-presidente José Sarney (2015), o precursor de ações comprometidas com a transparência¹⁰ do Poder Legislativo e o grande incentivador, assessorado pelo Dr. Fernando César Mesquita, das ações que promoveram a abertura do Senado Federal para a sociedade, quando se criou a estrutura de comunicação social, incluindo a Secretaria de Relações Públicas, com seus dois projetos voltados para a cidadania: a Visitação e o Jovem Senador.

1. A incorporação da sociedade civil ao diálogo político e a verdadeira cidadania que emerge com a Nova República

¹⁰ Segundo Rabaca e Barbosa (2001), a transparência é uma condição de abertura total de todos os canais de comunicação de uma instituição para o público, sem qualquer cerceamento de informações.

Talvez a maior conquista do Plano Cruzado tenha sido a incorporação da sociedade civil, manifestada por meio de grupos formais ou informais, ao diálogo político. Este novo interlocutor representa um avanço extraordinário, se lembrarmos de que os grandes acontecimentos de nossa história se fizeram sem povo. Na proclamação da República, Aristides Lobo comentou que o povo assistiu “bestializado”. Com a Nova República, a sociedade democrática, num sistema de capilaridade, emergiu como a verdadeira cidadania, com todos os seus direitos.

2. Visão sadia da política, estímulo à meritocracia e esperanças de transformar ideias em leis

O *Jovem Senador* tem dois momentos. O primeiro é o concurso de redação, que atinge muitos milhares de estudantes em todo o Brasil, incorporando a seu imaginário a ideia de democracia representativa e uma visão sadia da política, e estimulando a meritocracia. O segundo é o da participação dos estudantes vencedores no trabalho do Parlamento, que fornece aos senadores uma esperança, e a eles a ocasião de compreenderem como transformar ideias em leis, como buscar a justiça social, que lhes é inata, com abstrações.

3. A generosidade da juventude, a necessária reforma política e a recuperação do seu papel no funcionamento do Estado

O Parlamento deve representar toda a sociedade, e, assim, é natural que não esteja em sintonia com os anseios da juventude, sempre mais generosa e dotada de um sentido de urgência que não corresponde às possibilidades do Estado. Por outro lado, há muito tempo digo que o Brasil precisa de duas profundas reformas: a do sistema de governo, passando para o parlamentarismo, que é uma forma superior de transformação da vontade popular; e a do processo eleitoral, em que precisamos sair da armadilha do voto proporcional uninominal, que destrói os partidos políticos e torna ainda mais difícil a representatividade. Com a mídia em tempo real, a diversidade de assuntos que buscam a atenção dos jovens e o bombardeio a que são submetidos os parlamentares, é preciso tornar mais atraente a função política. Isso acontecerá com a recuperação do seu papel no funcionamento do Estado.

4. Uma mensagem à juventude brasileira, a lembrança de que o Parlamento é o coração da democracia e a política função inerente ao cidadão

Sejam vocês mesmos, buscando o primeiro gesto político legítimo, que é a realização da justiça social. Tenham confiança no futuro do Brasil. Nosso país será um grande país quando todos os cidadãos tiverem acesso aos seus direitos constitucionais – o capítulo dos direitos é o melhor de nossa Constituição. Para isso, é preciso que vocês estudem e se preparem para dar o melhor de si. O Parlamento é o coração da democracia, com suas decisões tomadas à luz do dia e com a participação do povo, e a política é a mais nobre função do cidadão.

7.2 INDICADORES DE EFICÁCIA

Cumprido esclarecer que, para análise da eficácia do Projeto de forma mais consistente, seria necessária pesquisa abrangente, que incluísse, entre outros aspectos, a análise do comportamento dos egressos. O que se pretende aqui é tão somente apresentar análise derivada da percepção dos entrevistados. A seguir, encontram-se trechos que, segundo os entrevistados, podem ser considerados indicadores de eficácia, e que auxiliarão na resposta ao questionamento deste trabalho.

1. Ao se analisar os comportamentos de edições anteriores, conclui-se, com base nos depoimentos de servidores, que “[...] a cada ano os jovens se preparam e se inteiram mais sobre os assuntos que serão tratados na semana em que irão participar do processo legislativo.” (SILVA, 2015);
2. O Projeto destina-se a estudantes entre 16 e 19 anos, das escolas públicas, justamente por ser a maneira mais “justa de incluir estes jovens em programas de premiação por mérito” (LYRA, 2015);
3. De modo geral, os resultados são positivos quanto à mudança de visão dos jovens quanto aos processos políticos, uma vez que vivenciam as diferenças regionais e podem perceber que uma ideia, por melhor que seja, pode ser boa para uma região, mas não necessariamente para outra (SILVA, 2015);
4. Observa-se, também, a sua capilaridade, na medida em que atinge jovens que saem dos rincões do Brasil, vindos de localidades as mais longínquas, escolas das zonas rurais, de difícil acesso, estudantes que sem essa oportunidade jamais teriam acesso às informações fornecidas pelo Projeto (SILVA, 2015);
5. Vale lembrar que, ainda que a adesão por parte das escolas seja baixa, entre 8% e 10%, se considerados os resultados de longo prazo e os baixos custos da sua realização, bem como se comparado a iniciativas similares, como a dos Correios, cuja adesão fica entre 10% e 12%, o Projeto atende ao que se propõe, ainda mais se considerar que a cada ano pode-se observar que os participantes estão cada vez mais preparados e inteirados (VALENTE, 2015);
6. Também parece viabilizar, de forma equânime, o contato com estes estudantes, considerando que se destina a estudantes carentes de todos os estados da federação, sem distinção de gênero ou raça, dando o poder a estes jovens de transformar as regras da sociedade em que vivem, jovens que até pouco tempo tinham uma participação muito mais passiva e menos participativa (GUARACY, 2015);
7. Ademais, caracteriza-se por seu caráter multiplicador, já que se trata de jovens de todos os estados da federação, a maioria muito pobre e carente, vindos do interior dos seus estados, e que serão futuros formadores de opinião, como sementes que darão frutos (YAMAGUTI, 2015);
8. Comparado a outras políticas públicas, o Projeto demonstra ser eficiente e eficaz na medida em que possui um baixo custo, cerca de R\$ 200.000,00, para o alcance dos objetivos estabelecidos e propostos que é, em última análise, motivar jovens, por meio da meritocracia, a terem a oportunidade de, via contato direto com o Parlamento brasileiro, acessar informações sobre o Poder Legislativo, a formulação das leis e, a partir de uma reflexão sobre

o exercício pleno da cidadania, despertar uma participação mais efetiva no processo legislativo de forma a fazer individualmente a parte que lhe cabe para a promoção do bem da coletividade e dar um passo a mais nesse longo percurso, que certamente não é construído em uma semana, mas ao longo de toda a sua vida (CARVALHO, 2002);

9. Mostra como funciona o Poder Legislativo e sobre a responsabilidade individual de cada cidadão no processo político (VEGA, 2015);

10. Ajuda a criar uma consciência sobre o trabalho legislativo (DAVIM, 2013);

11. A sociedade elege seus representantes, mas desconhece as funções do parlamentar. A iniciativa serve para que o jovem conheça as dificuldades enfrentadas para a aprovação de matérias do interesse da sociedade (COSTA, 2015);

12. Desperta o espírito de participação dos jovens, futuros formadores de opinião, que irão atuar como multiplicadores quando retornarem aos seus estados de origem (SILVA, 2015);

13. Promove uma reflexão sobre cidadania como sendo uma aprendizagem, uma mudança de postura, não só da classe política, mas de toda a sociedade (COSTA, 2015);

14. Estimula a tomada de consciência de que, para se ter uma sociedade ética, incluindo a classe política, os jovens precisam de uma postura mais ética (COSTA, 2015);

15. Dá a oportunidade a esses jovens de se expressarem e colocarem o que consideram importante e legítimo discutir e também suas esperanças (VALENTE, 2015);

16. Possibilita a tomada de consciência a respeito da responsabilidade como cidadão para o bem da coletividade (VEGA, 2015);

17. Agrega valor ao conceito de se fazer a diferença, a começar pelo local onde se vive. É uma oportunidade transformadora de somar valores à bagagem destes jovens, a custos muito baixos se comparados a outros programas similares (YAMAGUTI, 2015);

18. Dá a oportunidade aos estudantes de se expressarem e divulgarem de forma positiva as demandas da juventude, o que demonstra a sua pertinência: os projetos dos jovens raramente são rejeitados porque são, na maioria, pertinentes. (ESGARIO, 2013);

19. Das 27 propostas apresentadas, dezesseis viraram projetos de lei em tramitação nas comissões (MATURANA, 2013);

20. Demonstra ser potencialmente um canal estratégico de interação entre a juventude e o Poder Legislativo, presente na maioria das respostas e, portanto, efetivo na construção desse contato direto, uma das metas pretendidas pelos idealizadores do Projeto (GUARACY, 2015);

21. Ajuda a criar consciência sobre a importância das discussões nacionais e do trabalho legislativo (DAVIM, 2013).

22. Resgata valores cívicos como o significado da Bandeira Nacional e o amor ao seu país, que as gerações antigas tinham e que as novas perderam ao longo dos anos. “O sentido do hasteamento da bandeira como sendo muito mais que um pedaço de pano. Desperta no jovem a consciência de que o Senado Federal é uma instituição séria e que eles são o futuro da nossa Pátria.” (VEGA, 2015).

3. Eles levam uma semente de cidadania. São trazidos apenas 27 jovens. Mas quando eles voltam para seus Estados de origem, socializam com seus colegas a experiência vivenciada aqui. Ao longo do tempo, constrói-se o conceito do Senado Federal e a importância do voto como instrumento de transformação social. É um trabalho de longo prazo, mas que vai se colher os frutos lá na frente (DAVIM, 2014).

7.3 PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS

A seguir, algumas observações que divergem das opiniões dos que acreditam nos efeitos positivos e consistentes do Projeto, isto é, em sua eficácia.

A cada crítica, há uma colocação em defesa do Projeto, com base nos argumentos dos que o defendem, bem como uma consideração sobre a avaliação feita, em alguns casos coincidente com a divergência.

1. “Serviria apenas como pano de fundo para mais uma ação manipuladora. Por trás dos objetivos, a velha política com uma nova roupagem. No fundo, não haveria de fato a intenção de promover a efetiva participação política dos jovens no cenário político.” (TARSO, 2015).

“O Projeto viabiliza a participação dos jovens de forma direta, sem intermediários, o que por si só já é um fator que promove efetivamente o estímulo à participação política desses estudantes.” (VALENTE, 2015).

Comentário: Por promover o contato direto entre os jovens e os parlamentares, não há que se falar em manipulação das ações, considerando que contra fatos não há argumento, ou seja, a realidade que eles presenciam é que irá compor os novos conceitos e visão sobre o trabalho dos parlamentares e a função do Poder Legislativo.

2. “Os próprios parlamentares não teriam interesse genuíno em mudar o atual *status quo* com mudanças que possam facilitar o acesso desses jovens à carreira política.” (TARSO, 2015).

“O Projeto, mais que direcionar estes jovens para a vida parlamentar, busca promover a busca de objetivos maiores e uma visão mais clara do que podem individualmente realizar, de modo a fazerem a diferença onde quer que estejam.” (YAMAGUTI, 2015).

Comentário: Mais importante que vislumbrar um lugar no cenário político como candidato em potencial a uma vaga eletiva, o objetivo do Projeto é preparar os jovens para serem líderes onde quer que estejam e especialmente nas comunidades em que atuam individualmente, para se somarem no coletivo.

3. “Conceitos como ética e respeito ao próximo devem ser pré-requisitos para participar de ações como o Projeto. De nada adiantaria uma imersão em conceitos importantes como estes se esses conceitos forem preteridos nas escolas.” (TARSO, 2015).

O Projeto se propõe a uma reflexão sobre conceitos como ética e respeito ao próximo. O Projeto viabiliza esta reflexão ao colocá-los diante de uma nova postura frente à vida, a partir do contato com a força transformadora do Poder Legislativo, o mais transparente e acessível dos poderes. (YAMAGUTI, 2015).

Comentário: De fato, uma semana é pouco para o aprendizado de conceitos tão importantes e que devem fazer parte do corpo de conhecimentos desses jovens. Entretanto, ainda que a proposta seja apenas de uma breve reflexão, restam claros os seus efeitos positivos nos participantes. Mesmo assim, cabe registrar que as sugestões pertinentes para o aprimoramento do Projeto e seus objetivos serão considerados e registrados para efeito de melhorias.

4. “Somente se a ética estiver presente nas escolas, ela estará presente nos jovens e também no parlamento pautado nos princípios de respeito ao próximo.” (TARSO, 2015).

“O Projeto não substitui as instituições, tampouco o papel da escola quanto a estes conceitos. Pretende-se apenas ser mais uma forma de manifestação legítima e democrática dos jovens junto ao Parlamento.” (DAVIM, 2013).

Comentário: Certamente o ensino da ética e filosofia é de grande valia para a formação de jovens cidadãos participativos, solidários e que respeitam o próximo. Ainda que o Projeto não tenha a pretensão de preencher uma lacuna na transmissão de conhecimentos, o que se pretende é somar à bagagem desse jovem como mais uma forma de se praticar a verdadeira cidadania de forma positiva.

5.

A proposta de mudança não pode ser apenas para os jovens, mas para toda a sociedade. Enquanto não houver uma mudança de postura da sociedade em geral, uma ação voltada apenas para os jovens não irá ajudar significativamente na caminhada da construção da cidadania. (COSTA, 2015).

“O Projeto é direcionado aos jovens por serem futuros formadores de opinião e, portanto, multiplicadores, como sementes que dão frutos, seu efeito acaba por abranger todo o círculo de relacionamento daqueles estudantes.” (VEGA, 2015).

Comentário: Sem dúvida que de nada adianta cobrar dos representantes uma postura ética se a sociedade não tiver atitudes éticas também. Só haverá parlamentares éticos no dia em que houver cidadãos, incluindo os jovens, éticos e respeitosos com pequenas atitudes, como o respeito à faixa de pedestres, vagas e filas preferenciais, enfim, respeitosos com as regras básicas de convivência e respeito ao próximo.

6. “Cidadania é um aprendizado que vem da família e não se aprende em uma semana.” (COSTA, 2015).

“O Projeto se propõe a uma ação com resultados a longo prazo e, portanto, mais duradouros. Ainda que uma semana seja pouco tempo, a proposta é que, a partir da vivência, eles levem daqui um novo olhar sobre suas vidas.” (VALENTE, 2015).

Levam também a certeza de que cabe a cada um uma parte desta construção em busca de melhorias que irão tornar o seu dia a dia melhor, mais seguro, com mais saúde, mais emprego, com mais educação e de qualidade, com inclusão dos menos favorecidos, respeito às minorias, aos idosos, diferentes e mais fracos. Sobretudo, cientes de que o individualismo nos enfraquece a todos e que quanto mais fizermos individualmente mais estaremos somando no coletivo e nos tornando a todos mais fortalecidos e assim o lugar onde vivemos. (CARVALHO, 2002).

Comentário: De fato, o aprendizado na família é fundamental, principalmente o exemplo que os pais dão aos filhos sobre como se expressar, se manifestar e se colocar diante das injustiças e de situações em que se exige uma postura mais ativa. Todavia, mesmo que alguns desses jovens não tenham o privilégio de trazerem em suas mochilas bons exemplos de cidadania em família, o convívio com outros jovens e a experiência no Parlamento brasileiro certamente serão fundamentais na mudança de paradigma em suas vidas futuras, simplesmente por virem que a mudança pode começar por eles próprios.

O projeto não pode ser avaliado só pelo resultado imediato, mas por tudo o que acontece antes, durante e depois da experiência no Parlamento.

7.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Seguem dados complementares sobre o Projeto, a partir de informações fornecidas pela servidora que acompanha os alunos durante todo o tempo em que estão em Brasília e pela atual diretora de Relações Públicas, Andrea Valente, no Quadro 1. Considera-se que esses dados também são úteis para as conclusões da pesquisa.

Quadro 1 - Informações complementares

A maioria é formada por mulheres;
A maioria nunca viajou de avião;
A maioria vem do interior dos Estados;
A maioria vem de municípios muito pobres;
A maioria nunca se hospedou em um hotel;
Uma parte vem apenas pelos prêmios;
Uma parte vem apenas para conhecer a capital federal;
Quase todos dão continuidade aos estudos e cursam alguma faculdade;
Muitos se destacam em trabalhos comunitários quando retornam aos seus municípios e associações de bairro;
A maior parte passa a exercer algum tipo de liderança na escola e no trabalho;
Um vai se candidatar a vereador, outro foi convidado a dar uma palestra sobre a experiência a outros jovens e um se tornou líder estudantil do PSDB Jovem;
Alguns se deslocam de barco para a capital para pegarem o avião;
A maioria não faz a menor ideia do quanto trabalha um parlamentar;
A maioria sai com esperanças de mudar sua vida;
A maioria consegue mudar sua vida em alguma medida.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas realizadas com a Diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal e com a servidora responsável pelos jovens participantes durante toda a estada nas dependências do Senado Federal.

O Quadro 2 demonstra os gastos com cada edição do Projeto que, embora não discrimine individualmente o quantitativo para cada despesa, uma vez que o estudo não pretendeu estender-se nessa linha, servirá para somar às informações disponibilizadas.

Quadro 2 - Demonstrativo de gastos do Projeto

1. Gastos na realização do Projeto
· Correios para a postagem dos <i>kits</i> enviados para as escolas nos estados;
· Transporte aéreo;
· Hospedagem e alimentação;
· Prêmios aos vencedores, escolas e professores.
2. Infraestrutura, parcerias e brindes
· Gráfica do Senado;
· Patrimônio;
· Secretaria de Eletrônica;
· Secretaria Geral da Mesa;
· Consultoria do Senado Federal;
· Comissões;
· Edições Técnicas;
· Plenário;
· Secretaria Especial de Comunicação Social;
· Agência Senado;
· Jornal do Senado;
· Rádio Senado;
· Relações Públicas;
· Cotran;
· Diretoria-Geral;
· Equipe da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal;
· Exército, Marinha e Aeronáutica;
· Cinemark;
· Restaurante dos senadores.
Custo total aproximado: R\$ 200.000,00

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas realizadas com a Coordenadora de Eventos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

Neste total, estão incluídos os gastos com a operacionalização do Projeto, pois as ações que envolvem a infraestrutura não têm custos para o Senado Federal.

Cabe acrescentar que as despesas financeiras abrangem todas as atividades realizadas durante a semana em que os estudantes permanecem em Brasília, incluindo o receptivo, traslados e deslocamentos aeroporto/hotel/Senado Federal/comissões temáticas, sala de sessões plenárias, Salão Nobre no dia da premiação, Ala das Bandeiras na solenidade do Dia da Bandeira e Salão Negro na entrega da premiação aos jovens vencedores.

8 CONCLUSÕES

Este capítulo sintetiza as conclusões a que se pôde chegar ao término deste estudo de caso sobre as impressões e a percepção dos jovens participantes, dos servidores envolvidos e dos parlamentares que o apoiam no que diz respeito à eficácia do Projeto Jovem Senador na construção da cidadania, e também inclui sugestões para o aperfeiçoamento dessa iniciativa do Senado Federal.

8.1 COMENTÁRIOS GERAIS

Muitos esforços vêm sendo feitos no Brasil, desde o fim da ditadura e início do processo de redemocratização, no sentido de fortalecer a democracia, esforços que convergem para a defesa de uma maior participação da sociedade e incentivo à cidadania. O conceito de participação tem se modificado e não se limita mais a ações convencionais, voltando-se para uma reorientação, que se configura como empoderamento e revigoramento da relação entre a sociedade e o Estado, o que contribui para a melhoria da qualidade da democracia.

Como se criar um capital social participativo em um contexto de pobreza extrema e desigualdade social, com tantos excluídos e sem acesso à informação?

O caminho seria o de tornar visíveis determinados segmentos da sociedade, anteriormente à margem desse processo, empoderando o cidadão individualmente, o que o habilitaria a agir de forma colaborativa, contribuindo para a qualidade da democracia no país. Além disso, criar mecanismos que tragam os cidadãos para a esfera pública, como se propõe o Projeto Jovem Senador, pressupondo capacitar o Estado e suas instituições, incluindo o Poder Legislativo, e particularmente o Senado Federal, a aceitar e valorizar essa participação.

Deve-se conceber Estado e sociedade são entes separados, mas integrados por instituições. Quando os cidadãos internalizam crenças sobre essas instituições podem, a partir delas, formar outro grau de legitimidade do sistema político.

Conforme demonstrado nos resultados desta pesquisa, foi possível observar a eficácia do Projeto Jovem Senador no incentivo à participação política da juventude, sendo uma oportunidade de reflexão sobre conceitos como ética, direitos, deveres individuais e coletivos e cidadania.

Foi possível observar pelas respostas dos estudantes e dos entrevistados, mesmo que não de forma absoluta, a influência que as informações prestadas sobre a força transformadora do Poder Legislativo consegue operar nas mudanças de visão e postura desses estudantes com relação aos processos políticos.

Ademais, de acordo com o apanhado feito com os estudantes e entrevistados, a interpretação dos gráficos e a análise dos depoimentos complementares, foi possível fazer um diagnóstico do Projeto, a partir da realidade atual, e propor melhorias.

As sugestões e proposições pretendem abordar aspectos de funcionamento, abrangência, efeito transformador e resultados de longo prazo, a fim de tornar o Projeto cada vez mais eficaz como canal estratégico na aproximação entre os jovens e o Poder Legislativo, uma das reivindicações identificadas nesta pesquisa. A partir desse repertório de ideias, acredita-se ser possível somar novas possibilidades às ações do Projeto, com vistas à consolidação e obtenção de resultados mais expressivos.

O questionamento inicial, dentro da proposta original deste estudo de caso, foi respondido na medida em que o Projeto consegue despertar, embora de forma incipiente, a consciência individual e a responsabilidade no cidadão para o bem da coletividade, bem como promover algum nível de reflexão sobre o sentido da cidadania que pressupõe, além, da consciência, de deveres além dos direitos conquistados, a revalorização da participação política dos cidadãos e criar mecanismos que tragam os cidadãos para a esfera pública e capacitar o Estado e suas instituições a aceitar e valorizar essa participação (KRISHNA, 2002).

A despeito das limitações que balizaram este trabalho, pode-se concluir que a eficácia do Projeto é sinalizada se considerarmos que se trata de uma ação cujos resultados propagam-se como uma semente que se planta para se colher mais tarde. É mister também ressaltar que o Projeto é uma ferramenta disponível a serviço da transparência, ou seja, a relação estabelecida é baseada no respeito à dignidade desses jovens, num ambiente em que, além de não haver intermediários, as informações são prestadas de forma clara, correta e precisa, experiência, portanto, que se soma a outras ações para a efetiva construção da cidadania no país, como uma obra inacabada e renovada todos os dias.

8.2 PROPOSTAS DE MELHORIA DO PROJETO

A partir dos dados colhidos com os estudantes, diretores, servidores e parlamentares, foram verificadas lacunas que podem ser preenchidas para potencializar os efeitos do Projeto e torná-lo mais eficaz, especialmente no apoio, infraestrutura e procedimentos que envolvem seu planejamento e operacionalização. Algumas dessas possibilidades são:

1. Ampliar as parcerias e angariar apoio político das Secretarias Estaduais de Educação. Com essa ampliação, objetiva-se alcançar maior adesão das escolas, e esse apoio por parte das Secretarias ajudaria nas mobilizações das escolas;

2. Ampliar o apoio e a participação dos senadores. Com a mobilização dos parlamentares, especialmente nos escritórios políticos estaduais, pretende-se alcançar o apoio na divulgação e incentivo aos estudantes a participarem do Projeto;
3. Colocar o Projeto no calendário oficial do Ministério da Educação (MEC). Com a inclusão nesse calendário, objetiva-se que este passe a figurar como atividade oficial das atividades previstas pelo MEC e, assim, tanto o apoio das Secretarias Estaduais quanto a sua divulgação sejam maiores;
4. Ampliar o número de participantes de 27 para 54 e, no futuro, para 81. Com essa ampliação, pretende-se que o número de participantes seja como de fato é a estrutura representativa dos estados da federação no Senado Federal, três representantes por estado;
5. Incluir as escolas particulares e, em um primeiro momento, ampliar a participação, somando-se aos atuais 27 alunos das escolas públicas mais 27 de escolas privadas. Com essa ampliação busca-se, além do intercâmbio de ideias, o respeito às diferenças, já que é a partir das diferenças que se formam verdadeiros cidadãos;
6. Elaborar folder explicativo, contendo informações sobre o papel do Poder Legislativo, como se propõe uma lei, conceitos sobre cidadania, o poder do voto, formulação de políticas públicas frente às diferenças regionais, trabalho parlamentar com ênfase nas atribuições de um senador, composição do Congresso Nacional e prerrogativas, direitos, deveres e responsabilidade individual para o bem da coletividade, com ênfase na importância do respeito a faixas de pedestres, filas preferenciais nos bancos e supermercados, vagas de idoso e de deficientes físicos e conscientização da importância do respeito às regras de bem viver. Com a elaboração desse folder, pretende-se disponibilizar o máximo de informações aos estudantes de escolas de ensino médio, tanto públicas quanto privadas;
7. Consolidar o Projeto e aumentar o percentual de participação das escolas com as ações anteriormente propostas. Com isso, pretende-se ganhar visibilidade nacional, multiplicar seus efeitos e potencializar seu alcance a partir das parcerias externas e internas e, nesse sentido, o apoio dos senadores seria fundamental para essa consolidação;
8. Aprimorar os procedimentos e a divulgação dirigida, no sentido de disponibilizar o máximo de informações possíveis sobre os canais que já existem, para que os jovens exponham suas necessidades;
9. Abertura de um canal de comunicação direto entre os estudantes e os parlamentares. Por exemplo: perguntas feitas pelos estudantes poderiam ser respondidas pelos parlamentares em uma gravação e não por uma central de atendimento;

10. A partir das propostas apresentadas pelos participantes, aprovação daquelas relacionadas à implementação de políticas públicas voltadas para a educação de qualidade e cursos técnicos que coloquem mais rapidamente os jovens no mercado de trabalho;
11. Criar um Conselho Participativo da Juventude, no âmbito do Senado Federal, composto por líderes estudantis locais e regionais;
12. Disponibilizar o acesso permanente às comissões para estudantes do ensino médio, faculdades e universidades para participarem de audiências públicas;
13. Promover mesas redondas nas comissões temáticas com a participação de consultores, diretores e estudantes de escolas públicas e privadas;
14. Promover seminários no Interlegis para universitários, com a participação de parlamentares, sobre temas da atualidade tais como assédio moral no trabalho e no meio estudantil, diminuição da maioridade penal, movimentos sociais, redes sociais, utilização racional da água e das fontes de energia, meio ambiente e sustentabilidade, entre outros;
15. Enviar às escolas de ensino médio, faculdade e universidades os estatutos e cartilhas produzidos pelas Edições Técnicas do Senado Federal, como a Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente entre outras publicações de interesse da juventude, assim como a revista *Em Discussão*, publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social, e que trata de temas da atualidade;
16. Realização de roda de conversa com um senador, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro, uma vez por mês, em dia e horário compatíveis com a agenda dos senadores voluntários, com a participação de estudantes de ensino médio e universitários. Esse evento teria a mediação de um consultor ou técnico da área correlata ao assunto a ser abordado;
17. Retomada de dois projetos culturais da Secretaria de Relações Públicas: a *Senado Galeria*, com a realização de exposições temáticas sobre aspectos culturais dos diferentes estados do Brasil; e o *Cultura ao Meio-Dia*, com a exibição de filmes e documentários históricos e de interesse da sociedade e da juventude, com o apoio do Jornal do Senado e das embaixadas, podendo-se fazer no hall do auditório uma exposição casada com o tema do filme ou documentário a ser exibido.

Todas as sugestões acima foram baseadas nas respostas obtidas na pesquisa e visam o aumento das parcerias, o revigoramento das relações entre a juventude e o parlamento, a transparência e o empoderamento dos jovens, com a conseqüente quebra da apatia, alienação e passividade observadas na juventude, em função da insatisfação com a política.

8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, a representação política formal está em crise e, em contrapartida, as associações e conselhos fortalecem-se e ganham legitimidade, assim como as organizações não governamentais, na formulação e implementação das políticas públicas.

A verdade é que grande parte da população ainda fica na apatia ou agrupa-se em modelos de identidade e redes de reconhecimento recíprocos como negros, índios, mulheres, homossexuais, deficientes, calungas, fragmentos da sociedade, cada qual lutando por demarcar terreno. Entretanto, acredita-se que o que deveria ser feito é exatamente o caminho inverso. Somar conquistas, não em uma sociedade pulverizada, mas unificada em torno de garantias universais e que englobem, ainda que não a totalidade das categorias, mas a maior parte delas.

Nesse novo cenário, cada vez mais se busca uma democracia que transcenda a democracia representativa, e a tomada de decisões passa a resultar de negociações estabelecidas entre vários atores sociopolíticos envolvidos e que irão determinar a agenda política. Ao proporem leis que podem ser aprovadas, inclui-se mais esse capital social como um dos atores.

A participação política dos cidadãos tem relação direta com a internalização de conceitos relacionados à prática e cultura política do indivíduo, historicamente negligenciado e colocado como sem importância nos processos decisórios governamentais. Quando se propõe uma reflexão sobre conceitos como ética e cidadania, e se presta informações sobre o Poder Legislativo e seu funcionamento, ocorre a internalização desses conceitos nos jovens participantes.

Para que as instituições funcionem, torna-se indispensável a retomada da relação de confiança nelas. Cabe aos agentes públicos encontrar mecanismos que possibilitem uma integração entre conceitos e dar poder aos cidadãos de terem uma atuação mais efetiva na política.

Por todas as razões analisadas neste trabalho, urgem ações que resgatem o cidadão e nelas estão inclusos o resgate dos jovens para a esfera pública e a credibilidade nas instituições. Sem confiança nas instituições que regem a vida em sociedade e nas organizações governamentais, não há democracia. O processo de construção de bons cidadãos passa pelo engajamento eficiente e permanente na arena política. Somente o revigoramento da cultura política poderá tirar a juventude da apatia atual por meio do estabelecimento de uma relação de confiança. Uma democracia de qualidade está associada a conceitos, como capital

social, como instrumento de empoderamento das pessoas para agirem coletivamente e, como consequência, conseguirem o fortalecimento da cidadania.

Quanto mais conscientes e informados estiverem os jovens, mais empoderados e aptos estarão para votar e fazer suas escolhas, interferir positivamente em ações que promovam o bem da coletividade e na proposição de ideias que trarão benefícios não apenas para si, mas para as futuras gerações.

Hoje são, no Projeto, apenas 27 jovens exercendo, por uma semana, um mandato de senador, mas se pode chegar a 81, três por Estado, como é a configuração da representação no Senado Federal, participando de trabalhos temáticos nas comissões e também de sessões plenárias, propondo projetos que podem tornar-se leis e isso significa a participação direta da juventude na produção legislativa, e até mesmo o despertar de algumas lideranças políticas, como já visto no decorrer deste trabalho. Além do conhecimento sobre a força do Poder Legislativo, o Projeto pode imbuí-los de uma nova consciência política e de responsabilidade individual nessa caminhada.

Certamente que não se pretende resolver todas as lacunas do Projeto a um só tempo, tampouco acreditar que apenas uma semana será definitiva na formação desses jovens. Entretanto, a partir das necessidades e críticas identificadas nas entrevistas, pode-se aperfeiçoá-lo com muitas ações. A sua eficácia será tanto maior quanto forem concretizados o aperfeiçoamentos e complementações acima referidos, que somados serão um salto em direção ao que pode ser feito para o aprimoramento da cidadania. Conseguir aperfeiçoar o Projeto, tanto nos procedimentos quanto na sua divulgação, será fundamental para torná-lo mais eficaz naquilo que se propõe.

Os cidadãos são responsáveis pelo amanhã. Não se pode viver à espera de um salvador da Pátria que irá premiar ou punir as pessoas, de acordo com suas respostas. No individual, cada um faz a sua parte. No coletivo, soma-se. É nas diferenças que se faz um cidadão social, político, na família, na escola, no trabalho, em qualquer lugar que esteja. Pode-se fazer a seguinte pergunta: como agir para fazer a diferença? Nessa perspectiva, o Projeto fornece aos jovens a oportunidade de compreenderem como transformar ideias em leis, como buscar a justiça social.

Ao assumir a dianteira no resgate da qualidade de vida da comunidade onde mora, ou no local onde estuda, esse jovem estará dividindo com o Estado a responsabilidade ao compartilhar soluções e promover a benfeitoria, deixando de ser paciente e passando a ser o ator principal na obra de uma construção, chamada cidadania e bem coletivo. Uma atitude diária, uma combinação de manifestação e expressão de vontades. Só haverá representantes

melhores no dia que houver cidadãos melhores. A solução certamente reside na base, em cada um, brasileiros, cidadãos.

Instrumentalizar a sociedade, especialmente os estudantes de escolas públicas que participam do Projeto, e colocá-los em contato direto com o processo legislativo, inclusive com as dificuldades de aprovação de matérias de interesses tão diversos em uma sociedade complexa, em um país de dimensões continentais como o Brasil, é certamente uma oportunidade de participação ativa e direta, sem interlocutores, do processo político e consciência da importância de fazer parte como um dos atores, a começar pelo local onde se vive, como fizeram os jovens mencionados na matéria analisada no terceiro capítulo sobre a participação da juventude que anseia por mudanças.

Ainda que breve, o Projeto Jovem Senador, além de ser uma demonstração da presença do Estado frente às demandas da juventude, propõe uma mudança de paradigma, uma abertura de canal, uma quebra de inércia e apatia diante das dificuldades e problemas enfrentados pela juventude em meio a tanta exclusão e desigualdades e uma tomada de consciência de que somente a partir de se tomar as rédeas da própria vida e de possuir atitudes mais éticas e respeitadas com o outro se consegue, de fato, exercer a cidadania e a conquista de direitos só possíveis com a diminuição das desigualdades sociais, sem a qual se corre o risco de manter parte da população subjugada, como na época da escravidão, apenas com outra roupagem.

REFERÊNCIAS

- BAQUEIRO, Marcello. Construindo uma nova sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**. n. 21. Curitiba, nov./2003, p. 83-108.
- BARBOSA, Antonio. **Antonio Barbosa**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2014.
- BARRETO, Cezar Paulo. Senado Federal. Cidadania. Caderno Especial. **Jornal do Senado**. Brasília, 2014.
- BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BRASIL. **Resolução n. 42**. Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 11 de agosto de 2010.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COSTA, Frederico; CASTANHAR, José. **Avaliação de programas públicos**: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro: RAP, 2003.
- COSTA, Telmário. **Telmário Costa**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.
- DAVIM, Paulo. **Paulo Davim**: entrevista. Entrevistador: MATURAMA, Márcio. Brasília-DF, 2013.
- ESGARIO, Ana Rita. **Ana Rita**: entrevista. Entrevistador: MATURAMA, Márcio. Brasília-DF, 2013.
- LYRA, Cláudia. **Cláudia Lyra**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.
- OLIVEIRA, Isabela. Juventude engajada. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 de abril de 2014.
- PAIM, Paulo; MATURANA, Márcio. **Projetos de Lei criados por jovens avançam no Senado**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <www.senadorpaim.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2014.
- REBELLO, Juliana Guaracy. **Juliana Guaracy**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SARNEY, José. **José Sarney**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.
- SILVA, Maria. **Maria Silva**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.
- TARSO, Paulo. **Paulo de Tarso**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.

UNILEGIS. **Comunicação pública no legislativo**. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2008.

VALENTE, Andréa. **Andréa Valente**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.

VEGA, Lucyana. **Lucyana Vega**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.

VILA, Marco Antônio. **Manifestações no Brasil** – dois lados da moeda. São Paulo, 2015.

YAMAGUTI, Márcia. **Márcia Yamaguti**: entrevista. Entrevistador: CRUZ, Walesca. Brasília-DF, 2015.

APÊNDICE A – FORMULÁRIOS

FORMULÁRIO I - Modelo do formulário aplicado aos 27 alunos participantes do Projeto Jovem Senador, nos dias 18 e 19 de novembro de 2014, como parte do trabalho de pesquisa para investigar a eficácia do Projeto na construção da cidadania. A primeira parte, composta por perguntas fechadas, buscou traçar o perfil dos estudantes e o que eles trazem na sua bagagem. A segunda parte, composta por perguntas abertas, mostra o comportamento ou forma de proceder dos estudantes perante estímulos, ou seja, a partir da vivência. A análise das respostas foi feita quantitativamente e qualitativamente por meio de gráficos que acompanham as respostas no capítulo relativo à análise dos dados da pesquisa.

Questionário:

1. Você considera importante votar nas eleições?
 sim não deve ser optativo
2. Você contribui de alguma forma para melhorar a sua comunidade, seu bairro, seu ambiente estudantil?
 sim não às vezes não saberia responder
3. Você respeita as regras comuns como faixa de pedestre, vagas exclusivas, filas preferenciais?
 sim não às vezes não saberia responder
4. Você considera importante participar de movimentos populares e manifestações sociais?
 sim não indiferente não saberia responder
5. Você considera o exercício da cidadania...
 muito importante pouco importante indiferente não saberia responder
6. Você se sente um cidadão consciente?
 sim não em parte não saberia responder
7. Você considera a comunicação entre o parlamento e a juventude brasileira...
 boa ruim razoável não saberia responder
8. Você se sente representado pelos parlamentares que representam o seu estado?
 sim não em parte não saberia responder
9. Se pudesse falar com um representante, o que vocêalaria?
10. Defina em poucas palavras o que considera cidadania:
11. Em sua opinião, qual a contribuição do Projeto?

12. De que forma participar do Projeto Jovem Senador modificou sua visão sobre o trabalho de um parlamentar e o funcionamento do Poder Legislativo?

FORMULÁRIO II - Além da avaliação dos estudantes, este trabalho de investigação incluiu a realização de entrevistas com servidores, diretores e parlamentares, bem como depoimentos de pessoas envolvidas no Projeto. Os modelos das entrevistas estão discriminados no Apêndice B. A análise das respostas foi feita com base no seu teor, incluindo as opiniões divergentes ao Projeto. O resultado consta do capítulo relativo à análise dos dados da pesquisa.

APÊNDICE B – ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

Realizada com Cláudia Lyra, incentivadora do Projeto e secretária-geral da Mesa na época da sua concepção.

1. Como surgiu a ideia do Projeto?
2. Quais as maiores dificuldades iniciais encontradas?
3. Como o Projeto pode ser aprimorado?
4. Qual o aprendizado que esses jovens levam daqui?

ENTREVISTA 2

Feita com Juliana Guaracy, diretora da Secretaria de Relações Públicas na época da concepção do Projeto.

1. Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre a criação do Projeto.
2. Qual a grande contribuição do Projeto?
3. Fale um pouco sobre a trajetória do projeto.
4. Qual o grande objetivo do Projeto?

ENTREVISTA 3

Realizada com servidora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, responsável pelos jovens senadores durante a estada no Senado.

1. A proposta do Projeto Jovem Senador é um passo a mais, juntamente com a visitação, um antigo sonho do presidente Sarney, de aproximar a sociedade do Parlamento brasileiro. O Projeto cumpre esse papel?
2. A senhora acredita que o Projeto consegue mudar o conceito dos jovens em relação aos nossos representantes?
3. Em sua opinião, quais os resultados que se obtém com o Projeto?
4. A senhora acredita que esses jovens passam a vislumbrar um lugar na vida política brasileira?
5. Em que sentido o Projeto pode ser aprimorado?

ENTREVISTA 4

Realizada com a idealizadora do Projeto, Lucyana Vega, coordenadora de eventos na época da implementação do Projeto.

1. Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre a concepção inicial do Projeto Jovem Senador, idealizado pela senhora?
2. Quais as maiores dificuldades encontradas para a realização do Projeto?
3. Quais os principais resultados que se obtém com o Jovem Senador?
4. O Projeto Jovem Senador tem se aprimorado ao longo dos anos. Em sua opinião, em que sentido o Projeto pode ser aperfeiçoado e quais os próximos passos a serem trilhados?
5. Qual o grande legado que este Projeto deixa não só para seus participantes, mas para a juventude brasileira?

ENTREVISTA 5

Feita com o colega Paulo, servidor do Senado Federal. Opinião de quem não acredita no Projeto.

1. Como o senhor vê as manifestações populares, os movimentos sociais e a cidadania no Brasil?
2. Qual a sua opinião sobre o Projeto Jovem Senador como proposta de estímulo a uma mudança de postura e reflexão sobre o exercício da cidadania?
3. Qual a alternativa para a juventude que quer ser ouvida pelos governantes, em especial pelo Poder Legislativo?
4. E para os que acreditam nos efeitos positivos do Projeto Jovem Senador, que sugestões o senhor gostaria de deixar registradas com vistas ao aprimoramento do Projeto?

ENTREVISTA 6

Realizada com o senador Telmário Costa.

1. Qual a sua opinião sobre os movimentos populares e sociais?
2. A Secretaria de Relações Públicas tem dois projetos voltados para a cidadania: a visitação e o Jovem Senador. Qual a sua opinião sobre o Jovem Senador?
3. O que o senhor considera importante para um parlamento em sintonia com o que a juventude anseia?

4. O que o senhor considera importante para que o jovem se aproxime e dialogue com o Poder Legislativo?

ENTREVISTA 7

Feita com Márcia Yamaguti, atual coordenadora de eventos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

1. Passados quase oito anos, qual o papel primordial do Projeto Jovem Senador desde que foi criado?
2. A senhora acredita que o Projeto contribui para mudança de conceitos como cidadania, participação política e com relação aos nossos representantes?
3. Objetivamente, quais os resultados que se obtém com o Projeto?
4. A senhora acredita que esses jovens, mais que vislumbrar um lugar na vida política brasileira, eles tomam consciência do seu papel no processo de construção da cidadania?
5. Em que sentido o Projeto pode ser aprimorado?
6. Acha possível a sua ampliação?
7. O que levam esses jovens dessa experiência?

ENTREVISTA 8

Realizada com Andréa Valente, atual diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

1. Estamos próximos da 8ª edição do Projeto. Qual o papel primordial do Projeto Jovem Senador desde que foi criado?
2. Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre a contribuição do Projeto no que diz respeito à mudança de conceitos como cidadania, participação política e com relação ao Poder Legislativo e aos nossos representantes?
3. Objetivamente falando, quais resultados são obtidos com o Projeto?
4. A senhora acredita na tomada de consciência desses jovens quanto à responsabilidade individual no processo de construção da cidadania?
5. Em que sentido o Projeto pode ser aprimorado de modo a tornar-se mais eficaz no sentido de se obter cada vez mais os resultados pretendidos?
6. Acha possível a sua ampliação?
7. O que levam esses jovens dessa experiência?

8. Qual a maior contribuição?

ENTREVISTA 9

Realizada com o ex-presidente José Sarney. Assim como o Projeto de visitação, o Projeto Jovem Senador faz parte das ações de aproximação entre a sociedade e o Parlamento brasileiro, iniciativas que começaram com o senhor, presidente Sarney, à frente do Senado Federal, instituição pioneira na abertura das portas e dos programas de transparência.

Nesse sentido, é um presente poder contar com suas palavras na minha monografia. Presidente, muito obrigada desde já!

1. Qual a sua opinião sobre os movimentos populares e sociais?
2. O senhor foi o precursor e o grande incentivador, assessorado pelo Dr. Fernando César Mesquita, pela abertura do Senado Federal à sociedade, quando criou a estrutura de comunicação social, incluindo a Secretaria de Relações Públicas, que tem dois projetos voltados para a cidadania: a Visitação e o Jovem Senador. Qual a sua opinião sobre o Jovem Senador?
3. Qual o grande próximo passo que o senhor considera importante para um parlamento em sintonia com o que a juventude anseia, o senhor que já foi Presidente da República e passou por todos os cargos eletivos da política brasileira?
4. Que recado o senhor mandaria aos jovens senadores e para a juventude brasileira?